

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO.

MESTRADO PROFISSIONAL

JASLANE MARIA CASTRO

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA
URBANA E RESTAURO EM CIDADES HISTÓRICAS: ESTUDO DE
CASO SOBRE A CIDADE DE GOIÁS (2014 – 2018)

GOIÁS – GO

2023

JASLANE MARIA CASTRO

**A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA
URBANA E RESTAURO EM CIDADES HISTÓRICAS: ESTUDO DE
CASO SOBRE A CIDADE DE GOIÁS (2014 – 2018)**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), para fins de banca de defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Orientadora: Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco.

GOIÁS – GO

2023



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do (a) autor (a).

Dados do autor (a)

Nome: Jaslane maria castro

Email: laineecas69@gmail.com

Dados do trabalho

Título: A importância do patrimônio arqueológico e da educação patrimonial em obras de infraestrutura urbana e restauro em cidades históricas: Estudo de caso sobre a cidade de Goiás (2014 -2018).

Tipo:

[] Tese [X] Dissertação

Curso/Programa: Mestrado profissional em estudos culturais memórias e patrimônio.
PROMEP

Concorda com a liberação documento

[X] SIM [] NÃO

1 Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

21, de setembro de 2023

Assinatura autor (a)

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

C355i Castro, Jaslane Maria.

A importância do patrimônio arqueológico e da educação patrimonial em obras de infraestrutura urbana e restauro em cidades históricas : estudo de caso sobre a Cidade de Goiás (2014 – 2018) [manuscrito] / Jaslane Maria Castro. – Goiás, GO, 2023.
100 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco.

Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Patrimônio arqueológico - Goiás, GO. 1.1. Sítio arqueológico urbano. 1.2. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
2. Educação patrimonial. 2.1. Memória. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719:902(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

JASLANE MARIA CASTRO

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RESTAURO EM CIDADES HISTÓRICAS: ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE GOIÁS (2014 – 2018)

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de defesa parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 21 de agosto de 2023, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr. Gislaine Valério de Lima Tedesco – (UEG)
Orientadora

Prof. Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers (UFG)
Membro Externo

Prof. Dra. Maria Dailza Conceição Fagundes (UEG)
Membro Interno

Prof. Ms. Héllen Batista Carvalho (IPHAN)
Suplente Externo

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (UEG)
Suplente Interno

Goiás, 21 de Agosto de 2023.

Ensina-me bom juízo e ciência, pois cri nos teus mandamentos.
SALMO 119:66

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, ao meu DEUS em primeiro lugar, a minha família, a todos que auxiliaram nesta jornada e em especial o meu vovô, Otacílio Francisco de Castro em memória.

AGRADECIMENTOS

Finalizando esse relatório técnico não posso deixar de agradecer a algumas pessoas que, direta ou indiretamente, me auxiliaram nesta jornada tão importante da minha vida acadêmica.

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre colocar pessoas maravilhosas em meu caminho, as quais me fazem acreditar em um mundo melhor e me encoraja a prosseguir.

Agradeço a Daniel Correa, meu companheiro obrigado por me fazer sempre sentir capaz de superar qualquer infortúnio estando ao meu lado cem por cento.

Ao Davi Castro meu filho querido, que enquanto estávamos no labor da escrita, se comportou de forma admirável.

Agradeço minha parentela composta por Valdete M Castro, Lourival A. de Castro, Rute Castro, Sophia C. Félix e Tiago A. de Castro que sempre me encorajam.

Agradeço a orientação e disponibilidade que a professora doutora Gislaine Valério de Lima Tedesco que se disponibilizou durante a elaboração do presente relatório e por todos os ensinamentos compartilhados de forma admirável.

Aos professores do PROMEP, em especial a professora doutora Maria Dailza de Conceição Fagundes pelos ensinamentos e conhecimento transmitido durante o Mestrado.

A professora doutora Camila Azevedo de Moraes Wichers, pela disponibilidade e suas contribuições na banca de qualificação e defesa.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)- que atuou no financiamento deste projeto de pesquisa científica.

SIGLAS

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

CGPAC - Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento

DAF – Departamento de Articulações e Fomento

IPHAN - Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHN - Museu Histórico Nacional

NARQ - Núcleo de Arqueologia

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SANEAGO - Saneamento de Goiás

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mercado municipal de Goiás antes da requalificação.....	53
Figura 2 – Mercado municipal de Goiás inserido na paisagem espacial e arquitetônica do Mercado Municipal na década de 1960 antes da requalificação	54
Figura 3 – Mercado municipal de Goiás após restauração.....	54
Figura 4 – Escavação no Mercado municipal de Goiás, restauração e requalificação.....	55
Figura 5 – Casarão da prefeitura de Goiás	57
Figura 6 – Interior da fachada Arquivo Diocesano cidade de Goiás	58
Figura 7 – Fachada da Escola de Artes Plásticas Veiga Valle	60
Figura 8 – Ações de extroversão no Veiga Valle.....	61
Figura 9 – Fachada Cine Teatro São Joaquim.....	62
Figura 10 – Escavação arqueológica e acervo coletado	65
Figura 11 – Confecção de indígenas.....	77
Figura 12 – Confecção de indígenas seus utensílios	77
Figura 13 – confecção do abrigo.....	78
Figura 14 – caixa didática	78
Figura 15 – Cenas do abrigo.....	79
Figura 16 – Fachada da escolas Asas de Liberdade.....	83
Figura 17 - Capa do manual	87
Figura 18 - Apresentação do Guia.	88
Figura 19 - Exemplo de vestígio encontrado nas escavações em Goiás.....	89

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da área da pesquisa, Brasil, Goiás, cidade de Goiás	21
Mapa 2 - Localidades das restaurações cidade de Goiás.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Projetos de infraestrutura ações educativas e materiais resgatados	64
--------------------------------------------------------------------------------------------	----

RESUMO

Este relatório faz uma análise crítica e um levantamento das ações de educação patrimonial desenvolvidas no âmbito dos projetos de monitoramento e resgate arqueológicos das obras de restauração e requalificação que ocorreram no período de 2014 a 2018 na cidade de Goiás, descritas nos relatórios ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. Diante disso, salienta-se que o centro histórico da cidade de Goiás, é cadastrado no IPHAN como sítio arqueológico histórico urbano e as obras desenvolvidas nesse perímetro que promovem impacto de subsolo, carecem de pesquisa arqueológica, conforme prevê a legislação brasileira de proteção ao patrimônio arqueológico (Lei 3.924/61 e a Constituição brasileira de 1988) que em junção com a pesquisa arqueológica, devem ocorrer ações de educação patrimonial com a comunidade (Portaria 230/2002). Desta forma, o objeto de análise da pesquisa são as ações educativas, implementadas nas obras de infraestrutura custeadas pelo PAC, no Casarão da Escola de Artes Veiga Valle, no Mercado Municipal, no Cine Teatro São Joaquim e no Casarão da Prefeitura Municipal de Goiás; bem como a requalificação da Sede da Diocese de Goiás (instalação do Arquivo Diocesano). Os resultados dessas análises foram comparados com as atividades de educação patrimonial desenvolvidas nas obras de restauração da Fonte da Carioca e no Projeto de acompanhamento e resgate arqueológico das obras de implantação da rede de transporte e coleta de esgoto da cidade de Goiás. A pesquisa foi realizada através de análises bibliográficas e documentais, pautando se na importância da educação patrimonial na construção da identidade, memória e na proteção do patrimônio cultural de Goiás. Além da pesquisa, sintetizada nesse relatório, o estudo abrange também o produto: que é composto por um kit, da qual contem uma caixa arqueológica e um manual contendo informações que visa colaborar com mais conhecimento sobre a educação patrimonial bens da cidade de Goiás.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Memória. Sítio arqueológico urbano Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Cidade de Goiás.

ABSTRACT

This report provides a critical analysis and a survey of heritage education actions undertaken within the scope of archaeological monitoring and rescue projects related to restoration and requalification works in the city of Goiás from 2014 to 2018. These actions are documented in reports submitted to the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN). It is emphasized that the historic center of the city of Goiás is registered with IPHAN as an urban historical archaeological site, and the construction activities within this area that impact the subsurface require archaeological research, as stipulated by Brazilian legislation for the protection of archaeological heritage (Law 3.924/61 and the Brazilian Constitution of 1988). In conjunction with archaeological research, heritage education initiatives with the community must also take place, as outlined in Ordinance 230/2002. The research focuses on educational actions implemented in infrastructure projects funded by the Growth Acceleration Program (PAC) at the Veiga Valle School of Arts Mansion, Municipal Market, São Joaquim Cinema-Theater, and the Municipal Hall Mansion of Goiás. Additionally, it includes the redevelopment of the Diocese of Goiás headquarters (installation of the Diocesan Archive). The results of these analyses are compared with heritage education activities carried out during the restoration of the Carioca Fountain and the archaeological monitoring and rescue project associated with the implementation of the transportation and sewage collection network in the city of Goiás. The research employs bibliographic and documentary analyses, emphasizing the importance of heritage education in the construction of identity, memory, and the protection of Goiás' cultural heritage. In addition to the research presented in this report, the study encompasses a product: a kit consisting of an archaeological box and a manual containing information aimed at enhancing knowledge about heritage education in the city of Goiás.

Keywords: Heritage Education. Memory. Urban Archaeological Site. Growth Acceleration Program (PAC). City of Goiás.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM OBRAS DE RESTAURO E REQUALIFICAÇÃO EM GOIÁS: UM ESTUDO SOBRE A CONEXÃO COM A POPULAÇÃO LOCAL	18
1.1 Uma abordagem historiográfica de Goiás.....	19
1.2 A Proteção do Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial no Brasil	25
1.3 Educação patrimonial: memória, identidades e arqueologia.....	38
2. DO PAC A OBRAS DE INFRAESTRUTURA: RESTAURO E AÇÕES EDUCATIVAS NA CIDADE GOIÁS	45
2.1 O Programa do Governo Federal de Aceleração do Crescimento	46
2.2 As obras na cidade de Goiás: acompanhamento arqueológico e suas ações educativas.....	50
2.2.1 Mercado Municipal de Goiás.....	52
2.2.4 Escola Veiga Valle	59
2.2.5 Teatro São Joaquim.....	61
2.3 Obras de transporte e coleta de esgoto (Saneago) e obra de restauração Fonte da Carioca.....	70
3. KIT ARQUEOLOGICO DE APOIO A APRENDIZAGEM	74
3.1 Formato definido	79
3.2 Público-participante	81
3.2.1 Escola Asa de Liberdade	81
3.3 O impacto esperado	83
4. PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	85
4.1 Manual de uso do Produto	85
4.2 Propostas de aplicação na comunidade participante	90
4.3 Retornos para a população vilaboense	90
CONSIDERAÇÕES	92
REFERÊNCIAS	95
Documentos.....	98

Sites	99
Fontes iconográficas	100
Listagem dos relatórios	100

INTRODUÇÃO

O tema chave trabalhado nessa pesquisa foram às ações de educação patrimonial ponderando o público participante destas ações realizadas nas obras de restauro e requalificação tendo Goiás como pano de fundo para nossa pesquisa. Foi realizada uma análise e um levantamento das ações de educação patrimonial desenvolvidas no âmbito dos projetos de monitoramento e resgate arqueológicos das obras de restaurações e requalificações que ocorreram no período de 2014 a 2018 na cidade de Goiás. Valendo-se da perspectiva sobre a importância da educação patrimonial e da arqueologia em Goiás, empregando como público participativo os professores da Escola Asa de Liberdade.

A Escola Asas de Liberdade situada em cidade de Goiás na Rua Hugo Ramos nº 29. A Escola está situada na parte final do Setor denominada Centro e no começo do bairro Alto Santana, popularmente conhecida como “Chupa Osso”, a história da escola Asa de Liberdade nos traz uma história sobre um ser humano preocupado com os problemas da cidade de Goiás, então com uma linda iniciativa surge à associação cultural Quilombo que, mas tarde se tornaria escola Asas de Liberdade.

No tocante dos assuntos ligados a educação patrimonial, podemos dizer que na cidade de Goiás é um assunto pouco discutido e aprofundado sendo o campo da educação patrimonial tão vasto e de grande riqueza. E partindo de questionamentos sobre as restaurações ocorridas nos últimos anos, de quais foram os públicos participativos destes empreendimentos patrimoniais e culturais, e quais deles tiveram um projeto voltado para educação patrimonial?

Os empreendimentos (restaurações e requalificações) foram financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-CH), sendo contemplado na cidade de Goiás, a restauração do Casarão da Escola de Artes Veiga Valle, o Mercado Municipal, o Cine Teatro São Joaquim, o Casarão da Prefeitura Municipal e a requalificação da Diocese de Goiás (instalação do Arquivo Diocesano). Foram incluídas nestas análises, as ações de educação patrimonial realizadas nas obras de transporte e coleta de esgoto (SANEAGO) e a obra de restauração na Fonte da Carioca.

Como objetivo geral para essa pesquisa, realizamos uma busca sobre as ações de educação patrimonial, contribuindo para a preservação cultural local procuramos trazer algo que fosse capaz de nos fazer refletir e ter uma postura crítica, compreendendo melhor o grupo social a que pertencemos e conhecermos outras expressões culturais, cujas semelhanças e diferenças, estejam presentes, como produto final a proposta apresentada é um kit didático contendo um material de apoio a professores, para que possa auxiliar em relação a assuntos que traz em seu escopo algo sobre os bens patrimoniais e em especial o patrimônio arqueológico e uma caixa arqueológica.

A problematização que motivou a pesquisa se originou em uma indagação de um auxiliar de obra que atuava na carpintaria, durante a restauração do Sexto Batalhão de Polícia Militar da cidade de Goiás, que questionou os motivos de se realizar a pesquisa arqueológica durante as intervenções de subsolo. Neste momento, surgiram inquietações sobre a forma de execução das ações de educação patrimonial e o público alcançado, tais como: Estaria o patrimônio arqueológico da cidade de Goiás sendo apresentado para a população local? De que modo a Educação Patrimonial estava sendo trabalhada com a comunidade? De forma que a pesquisa se encaixa como cunho social e pessoal, social por observar uma carência vinda de um grupo presente na sociedade vilaboense, e pessoal por sentir certo incômodo com o fato que originou a pesquisa.

O referencial teórico empregado ajusta com os capítulos deste relatório, para entender os bens culturais, assim foram utilizados alguns autores, que enriqueceram nossa pesquisa, uma vez que, a cidade de Goiás surgiu no final do século XVII e início do século XVIII, sendo possuidora de um importante patrimônio arqueológico, diversos monumentos e residências remanescentes deste período, sendo tombado pelo Iphan em 1978 e reconhecida como Patrimônio Mundial em 2001 (IPHAN, 2014).

Por estar localizada no centro oeste do país, a cidade de Goiás possui conjuntos arquitetônicos singulares, suas características territoriais e a distância dos centros urbanos mais movimentados do litoral tornavam difícil transitar materiais para construções mais elaboradas. No entanto, Vila Boa (antigo nome da cidade) foi o primeiro núcleo urbanístico do centro-oeste reconhecido por Portugal, que fazia

parte do Tratado de Tordesilhas. Suas formas são caracterizadas pela arquitetura vigente naqueles tempos (IPHAN, 2014).

A cidade de Goiás nasceu entre os morros, cheios de lendas e misticismos, contados por sua população. Faz parte das memórias dos moradores locais, memórias construídas através destas histórias, sobre o morro da Índia e sua paixão¹, memórias que fazem revelar a grandeza desta representatividade e que vão ao longo do caminho construindo identidades ao permitir o transitar pelo patrimônio local enquanto lugar de subjetividades próprias que acionam direta ou indiretamente memórias múltiplas. Os casarios são como disse a poetisa Cora Coralina (1965, p. 3), “as casas cochichando uma com as outras, os becos são testemunhas de cada história vivenciada por sua população”.

Tem-se notado uma crescente preocupação dos profissionais e de grupos da sociedade civil em divulgar os saberes para as novas gerações, contribuindo para a preservação destes bens culturais, o que efetivamente se refere ao debate acerca do patrimônio. Os discursos que envolvem o patrimônio vêm carregados de memória, identidade e por diversas vezes, elencam relações conflituosas (FLORENCIO, 2014).

Como suporte para composição desta pesquisa, utilizou-se autores que auxiliaram na construção e discussão do trabalho, dentre eles pode-se destacar Campos (2018), que transmite seus conhecimentos sobre os sítios arqueológicos e os vestígios como fontes de conhecimento. Chuva (2017), também faz uma discussão sobre a construção do patrimônio cultural brasileiro e a história do Sphan (hoje Iphan). Florêncio (2019), que mostra como o campo do patrimônio pode ser conflituoso; Candau (2011) que acredita que memória e identidade estão atreladas em uma cultura, inseridas em uma coletividade específica, contribuindo assim para os primeiros espaços de sociabilização e constituição de sua identidade.

Os trabalhos de restauração e requalificação executados na cidade foram pontuais, de acordo com a Portaria nº 230² de dezembro de 2002 do IPHAN, que pondera a necessidade de harmonizar as etapas de aquisição de autorizações ambientais em urgências com os estudos preventivos de arqueologia, visando o

¹ Ver Pimenta, Brasineide Clemente Ferreira. A lenda da carioca e o mito de origem da mulher vilaboense [manuscrito] / Brasineide Clemente Ferreira Pimenta. – Goiás, GO, 2019.

² Revogada pela Instrução Normativa 001 de 2015.

licenciamento de ações possivelmente capazes de sensibilizar o patrimônio arqueológico. Toda pesquisa realizada em sítios e monumentos arqueológicos deve ser acompanhada de Educação Patrimonial, conceito o qual também se propõe aprofundar nesta pesquisa. A Educação Patrimonial é o caminho para conectar a população ao patrimônio cultural, o que segundo o Iphan (2014) é “processo de mediação”.

Como metodologia aplicada para a execução deste relatório foi realizado o trabalho em duas linhas de ação: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, foi efetuado um levantamento de artigos científicos sobre a temática, relatórios de pesquisa, dissertações e teses para termos melhor compreensão sobre as escavações que ocorreram na cidade e os projetos em questão. No corpo do texto, ainda foram incorporados à presença de documentos escritos como relatório de monitoramento, leis, normativas, fontes iconográficas e mapas para melhor evidenciar os resultados das ações de educação patrimonial identificadas nos relatórios e dados referentes ao público participativo.

A pesquisa de campo foi realizada no Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás (NARQ/UEG), instituição de guarda do acervo arqueológico sediada na cidade de Goiás, onde estão depositados bens arqueológicos de grande importância para o conhecimento sobre a história de Goiás e seu processo de ocupação.

O presente estudo utilizou uma abordagem de pesquisa exploratória e analítica, baseada em levantamento bibliográfico e um estudo de caso único. A pesquisa possui abordagem qualitativa por empregar evidências como documentos, relatório de monitoramento e salvamento arqueológicos, observação direta da pesquisadora e interpretação de dados. As etapas da pesquisa foram baseadas em pesquisa bibliográfica, coleta de informações e documentação, elaboração do material a ser usadas, considerações do material criado. Como se trata de um estudo de caso, a pesquisa realizou as seguintes etapas: definição de quais obras seria analisada, análise das ações educacionais e participantes, etapa de campo visita ao núcleo de arqueologia (NARQ/UEG), avaliar os resultados das análises.

Para apresentação dos resultados dessa pesquisa, o relatório se estruturou em quatro partes, sendo seu primeiro capítulo *“O patrimônio cultural arqueológico de Goiás: uma abordagem histórica e conceitual, arqueologia e seus*

mecanismos protetivos". Neste capítulo, trabalharemos os bens arqueológicos o bem presente nas obras e nas ações de educações patrimoniais analisadas.

No contexto do recorte espacial do estudo, o destaque recai sobre as obras de infraestrutura de restauração e requalificação na Cidade de Goiás no período de 2014 a 2018, o seu surgimento como um polo habitacional, a Proteção do Patrimônio Arqueológico no Brasil, a Educação Patrimonial, a Memória e Identidade.

No segundo capítulo *"Do PAC as obras de infraestrutura: restauro e ações educativas na cidade de Goiás"*, busca informar o leitor, sobre o programa de aceleração do crescimento, mais conhecido como PAC, um importante fator que, possibilitou a realização das obras de restauro e requalificação, na cidade de Goiás. Evidencia-se ainda como ocorreu o acompanhamento arqueológico e suas ações educativas, de maneira que esta etapa da pesquisa constituiu na efetuação e ponderações frente aos resultados alcançadas.

O terceiro capítulo, além da composição de um kit didático da qual contém, uma caixa arqueológica³ e um *"manual de apoio à aprendizagem"* que foi designado um material de educação para o patrimônio, como um material de apoio com o título: *"manual de atividades de educação para o patrimônio: um caso sobre Goiás"*. Trata-se, de uma proposta voltada para o grupo docente, da escola Asas de Liberdade tendo algumas sugestões, para ser aplicada com os alunos local e que poderá ser utilizado pela população que tenha interesse no assunto.

Trabalha-se aqui, a partir de um viés voltado para o bem arqueológico, que vai ao encontro da ideia, de trazer uma forma de aplicar conhecimento, sobre o patrimônio arqueológico local e sobre o patrimônio da cidade. Espera-se que o produto apresentado possa contribuir para o processo educativo de maneira mais didática e eficaz. Ademais, finalizamos o relatório, com o quarto capítulo, trazendo a proposta de aplicação do produto, bem como o retorno desta aplicação ao público escolhido.

Prontamente o produto tem grande relevância, pois, através deste, o educador poderá compartilhar mais uma forma de conhecimento, com seus alunos, de maneira que consigam construir trajetórias sobre os bens culturais da cidade de

³ Ver figuras 11,12,14

Goiás. Assim, tomando o lugar de fala como autora, enquanto pesquisadora, historiadora que teve sua trajetória acadêmica em instituições públicas de ensino, e ao ver uma oportunidade, de mestrado em história, voltada para os assuntos patrimoniais e culturais, tendo trabalhado com escavações arqueológicas por um determinado período na cidade de Goiás, com residência aqui fixada, participando de algumas obras de forma ativa, notando algumas inquietações da população local; observamos que as pessoas que estão em torno das obras e as que estão prestando serviços nas obras, pode representar uma parcela da população que ainda, carece de um olhar especial, para tratar os assuntos relacionados ao patrimônio de Goiás e sua importância.

A pesquisa contribui, para que pudéssemos ter uma noção, de como foram concebidas as educações patrimoniais nas obras de restauração e requalificação da cidade de Goiás, como os bens patrimônio arqueológico foram divulgado para a população, tendo em vista que nossa pesquisa traz a educação patrimonial em uma perspectiva arqueológica, e ao fazer o mapeamento e identificar nos projetos se houve essa preocupação em fazer um diálogo com a população, sobre os bens arqueológicos da cidade que é importante, para parte do conhecimento da nossa história através dos vestígios arqueológicos.

1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM OBRAS DE RESTAURO E REQUALIFICAÇÃO EM GOIÁS: UM ESTUDO SOBRE A CONEXÃO COM A POPULAÇÃO LOCAL

Para que possamos compreender a educação patrimonial neste capítulo, é necessário entender a relevância da pesquisa arqueológica em obras de infraestrutura (restauro, requalificação) e a importância de a população ter acesso aos bens culturais arqueológicos sob a perspectiva da educação patrimonial. Diante disso, salienta-se que o bem selecionado para a pesquisa são os conjuntos locais onde ocorreram as restaurações e requalificações na cidade de Goiás, tais como o Mercado Municipal, o Teatro São Joaquim, o Casarão da prefeitura, a escola Veiga Valle e o Arquivo Diocesano. Pautada em argumentações sobre análises bibliográficas, com foco em avaliar a importância arqueológica e da educação patrimonial em obras de infraestrutura e as contribuições que podem ser oferecidas à população.

No contexto do recorte espacial do estudo, o destaque recai sobre as obras de infraestrutura de restauração e requalificação na cidade de Goiás, a importância dos bens patrimoniais arqueológicos e a "abordagem historiográfica de Goiás". Discutimos o surgimento da cidade de Goiás como um polo habitacional, parte de sua trajetória até a mudança da capital, seus edifícios, suas culinárias e festas que culminaram no título de patrimônio mundial da humanidade.

Abordamos a compreensão dos bens da cidade, como a história do Núcleo de Arqueologia (NARQ/UEG), carregada de vestígios que contam parte da história de Goiás. Localizado em um sítio arqueológico, onde as pessoas a todo o momento movem-se sobre ele, há a necessidade de trazer uma abordagem sobre esse local e expor esse material cultural dos objetos resgatados em obras realizadas, que nos contam parte da história à qual ainda não tínhamos acesso. Como partes desta história de Goiás não poderiam deixar de mencionar o NARQ/UEG, uma instituição que busca demonstrar como é possível consolidar a história local através da cultura material, nos transportando a notar a importância de dar destaque aos sítios arqueológicos.

Para dar continuidade ao relatório, no item "A Proteção do Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial no Brasil", discutiremos sobre os mecanismos de proteção de bens arqueológicos no Brasil e suas proteções

vinculadas às obras de restauro, abrangendo ainda as ações de educação patrimonial, sobretudo o desempenho da educação patrimonial dentro dessas ações e as criações dessas leis, os mecanismos que norteiam esses processos, como as leis de proteção aos nossos bens culturais, os mecanismos de proteção do licenciamento arqueológico e a educação patrimonial e os conceitos norteadores que fizeram parte da pesquisa, tais como identidade, memória e arqueologia.

1.1 Uma abordagem historiográfica de Goiás

Neste item, apresentamos um breve histórico do surgimento da cidade de Goiás, sua trajetória de formação e seu reconhecimento como sítio arqueológico, em função dos vestígios de antepassados presentes em seu subsolo. Nascida nos tempos de exploração aurífera às margens dos córregos, a cidade de Goiás guarda em seu subsolo, em suas ruas sinuosas, seus becos e quintais, diversos elementos que auxiliam na construção de parte de sua história. Entre os elementos que ajudam na compreensão da vida privada, do cotidiano das famílias vilaboenses, está a cultura material descartada pela população que viveu na antiga capital, materiais encontrados nas escavações arqueológicas.

Em função de sua ocupação desde o século XVIII, a cidade de Goiás é cadastrada no Iphan como sítio arqueológico histórico urbano e protegida pela legislação brasileira, lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Ela está localizada na região noroeste do Estado de Goiás, na microrregião do Rio Vermelho, a aproximadamente 140 quilômetros de Goiânia.

Seu surgimento se insere no contexto da exploração aurífera nas regiões centrais do Brasil no século XVIII. Em 1727, descobriu-se ouro às margens do Rio Vermelho, iniciando a ocupação da região que viria se tornar Vila Boa de Goiás (PALACIN, 1994 apud TEDESCO, 2015, p. 7).

Conforme relatos históricos, após Bartolomeu Buenos da Silva (pai) e sua comitiva terem passado por Goiás, anos mais tarde Bartolomeu Bueno da Silva (filho), que tinha o mesmo nome e apelido do pai, e tendo participado da primeira expedição a Goiás, cuja procura de ouro foi malsucedida, chegou à região por volta

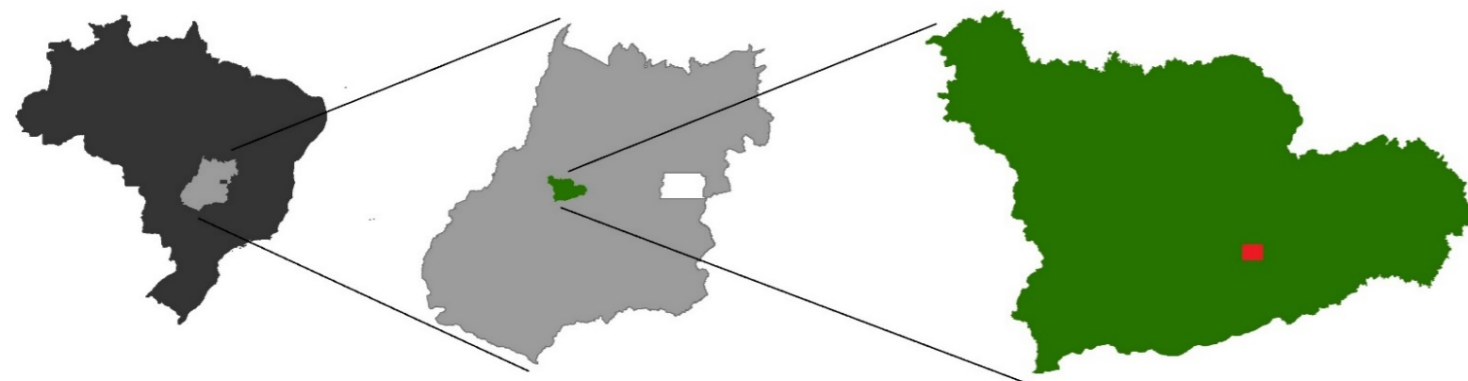
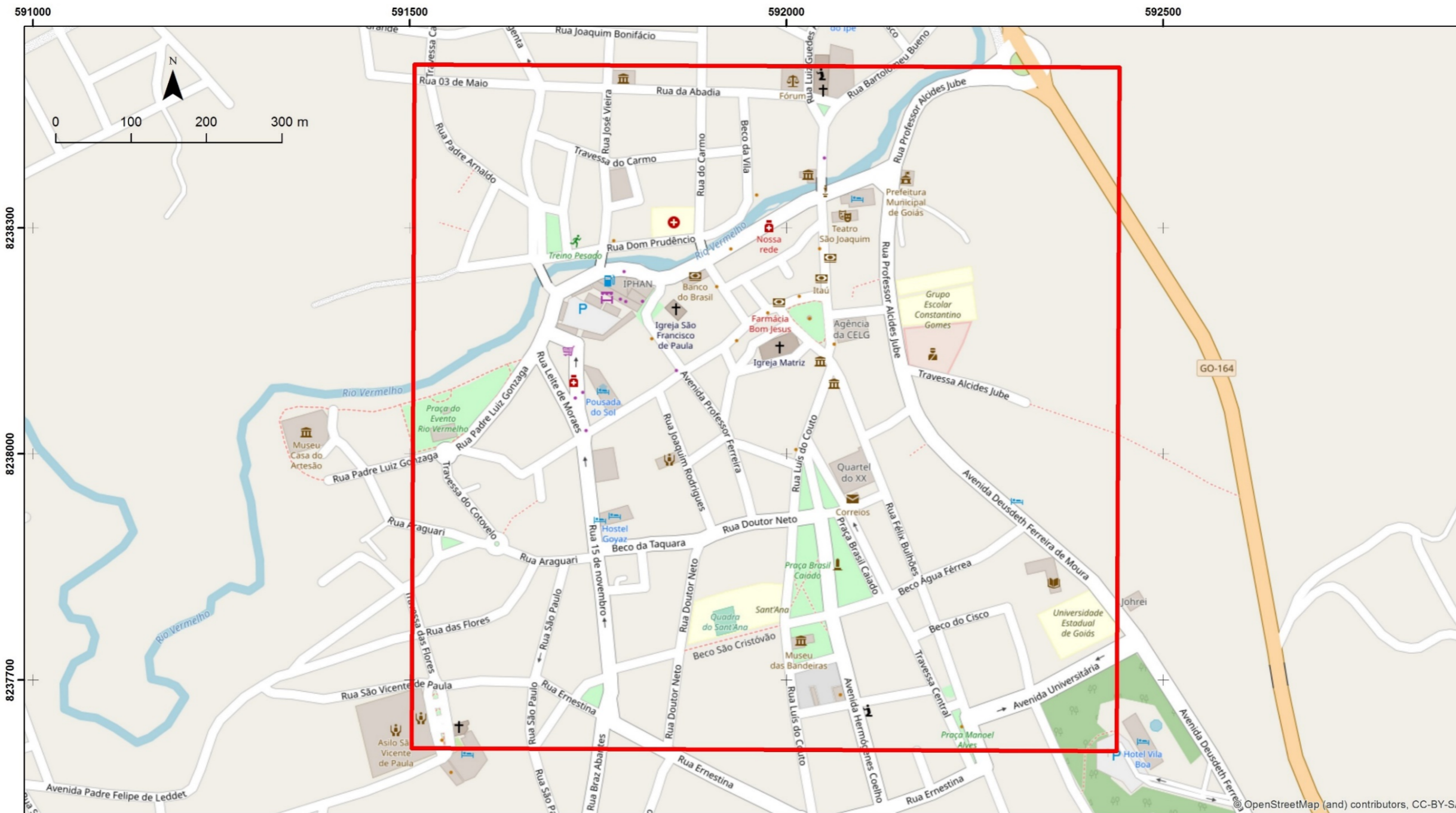
de 1726 e, dessa vez, encontrou indícios de ouro em Goiás às margens do Rio Vermelho, fundando então o povoado de Sant'Anna.

Em 1726, o bandeirante paulistano Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado de anhanguera, fundou o arraial de Sant'anna e deu início a exploração dos veios auríferos da região. Em 1739 o arraial Sant'anna é erigido à Vila Boa de Goyaz, até que em 1818, é elevada à categoria de cidade (TAMASO, 2007, p. 14).

Devido ao seu crescimento, o arraial é elevado à categoria de vila, recebendo então o nome de Vila Boa de Goiás, e, anos depois, a Coroa Portuguesa decide torná-la uma capitania. Segundo Palacin (2008), em 1749, seu primeiro governador-capitão, D. Marcos de Noronha-Conde dos Arcos, é nomeado para o comando político e aplicação das leis. É importante mencionar a composição populacional que se instalou; pessoas atraídas pelo imaginário que o ouro trouxe e que trouxeram também suas particularidades e peculiaridades.

No entanto, grande parte da população que se encontrava era composta, em sua maioria, por pessoas escravizadas que serviam na exploração aurífera, além de toda sorte de aventureiros e viajantes em busca do ouro.

Mapa 1 - Localização da área da pesquisa, Brasil, Goiás, cidade de Goiás



Mapa de Localização da área de pesquisa	
Legenda Área da Pesquisa Estado de Goiás Município de Goiás Brasil	
Sistema de Referência Espacial Datum: SIRGAS 2000 Sistema de Coordenadas: Projeção UTM Zona 22S	Escala Numérica 1:5.000
Base Cartográfica Malha Municipal: IBGE 2021 Malha Estadual: IBGE 2021	Data 19/03/2023

Elaboração: Daniel dos Santos Correa, 2022.

No entanto, grande parte da população que se encontrava era composta, em sua maioria, por pessoas escravizadas que serviam na exploração aurífera, além de toda sorte de aventureiros e viajantes em busca do ouro. Segundo Palacin (2008, p. 51), “na cidade de Goiás em 1736, havia mais de 10.000 escravos negros adultos, sendo a população de Vila Boa menor de 20 mil”, pois os escravos estabeleciam a maior parte da população vilaboense. Até o ano de 1749, Goiás pertencia à capitania de São Paulo, mas a partir dessa data, surgiu a capitania de Goiás. Os povoados e arraiais nasceram no período da mineração, no século XVIII, constituindo-se de núcleos urbanos com algumas incertezas. O primeiro governante enviado à nova capitania foi Dom Marcos de Noronha (Conde dos Arcos). A mineração em Goiás teve o seu auge em 1750, de 1751 a 1770 a comercialização e monopólio do ouro foram enfraquecendo de maneira drástica, e a partir de 1770, a mineração tomou rumos de decadência, o que gerou abandono.

Em 25 de julho de 1749, dado o crescimento da população e as dificuldades decorrentes do governo distantes – São Paulo – a Vila Boa foi elevada à categoria de capitania e recebeu o primeiro governador privativo d’ esta capitania, Dom Marcos de Noronha: O conde dos Arcos (SILVA e SOUZA, apud TAMASO, 2007, p.37)

Já no ano de 1818, como relata o viajante francês Saint-Hilaire (1975, p. 49), “por um decreto de D. João VI, Vila Boa passaria a ser cidade de Goiás como é conhecida atualmente a capitania da província”. No ano de 1818, por carta régia de Dom João VI, tornaria Vila Boa de Goiás em Goiás. Mais tarde, com a movimentação de Independência do Brasil, determinados grupos oligárquicos se sobressaíram no período imperial e ficaram no poder durante alguns anos do século XX.

Dentre eles podemos destacar os Bulhões, os Fleurys e os Caiados, mas a oligarquia dos Caiados tomou conta do estado no que se refere ao campo político até a Revolução de 1930, com a entrada de Getúlio Vargas no poder, que monopolizou o poder de estado para si, então nomeou um interventor chamado Pedro Ludovico, que fazia oposição à oligarquia Caiado. Assim,

A Revolução de 30 e com ela a mudança no poder federal, possibilitou, no Estado de Goiás, aos “grupos oligárquicos dissidentes” - engajados na Aliança liberal – não apenas a ascensão política de grupo opositor às velhas oligarquias, como também os mecanismos institucional e econômico para

criar o símbolo do novo poder: o Estado Novo, e o novo governo de Goiás (TAMASO 2007, p.40).

Pedro Ludovico, em um dos seus primeiros feitos, anunciou a transferência da capital de Goiás, afastando-a do poder dos “Caiados”, ganhando assim espaço político para executar sua política como interventor e administrar a região próxima à cidade de Campinas. Em 1933, iniciaram as obras da nova capital, Goiânia, e com um decreto de 1937, encerrou-se uma longa era da capital do estado situada na cidade de Goiás. No entanto, com a transferência do título de capital para Goiânia, abriu-se uma possibilidade para que Goiás pudesse se tornar um monumento histórico.

No ano de 1948, surgiram as primeiras ações patrimoniais voltadas para a instituição da cidade de Goiás como Patrimônio Histórico. Uma visita foi solicitada ao SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1948, encaminhada ao diretor Rodrigo de Melo Franco de Andrade, como se nota:

Ilmo. Snr. Venho por meio deste, pedir a Vossa Excelência, sejam declarados monumento histórico e nacional, os prédios da então capital de Goiás, Cidade de Goiaz: Chafariz, Cadeia Pública, Igreja da Boa Morte, Igreja da Abadia e Palácio do Governo. Outros sim, ponho-me a disposição de vossa Excelência para qualquer elucidação e prontifico-me a colaborar ativamente no que for necessário. Ao ensejo apresento-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração (IPHAN. Ofício dos autos do Processo de Tombamento N°. 01450.006317/2004-56, fls 24, janeiro de 1948)⁴.

O centro histórico de Goiás conserva, até a atualidade, as formas primitivas de sua arquitetura urbana, os espaços e as edificações urbanas. Em 1978, o Iphan tombou o centro histórico, do qual alguns destes conjuntos edificados fazem parte de nossa pesquisa, como o Teatro São Joaquim, o Mercado Municipal, o Casarão da prefeitura, a diocese e o Veiga Valle. Os conjuntos urbanísticos e paisagísticos do centro da cidade de Goiás, bem preservados, fizeram parte do processo de reconhecimento da cidade como Patrimônio Mundial, que veio em 16

⁴ Ofício emitido em 26 de janeiro de 1948 referente ao processo de tombamento de monumentos e edifícios históricos da cidade de Goiás incluído nos autos do Processo de Tombamento N°. 01450.006317/2004-56. Documento digitalizado N°. 1336910, Vol. I, p.24. Arquivo: IPHAN, Processo detombamentoN°.01450.006317/200456.Fonte:<http://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?il3OthVpARlTY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0laDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWVlqQ-bFOi5jrl-9Vxv5g-6- W3_1nNuO2HyE--S2mjcktKu> Acessado em 17/04/2023.

de dezembro de 2001. Suas festas religiosas, comidas, casarios e bens arqueológicos são fontes de conhecimento para ter acesso à história de Goiás através de sua cultura material, que revela o passado vivenciado pelas sociedades vilaboenses.

Essa sociedade tem a participação do povo indígena e do povo negro como parte de sua construção. Nos relatos de viajantes cronistas que tiveram o privilégio de observar a sociedade de Vila Boa de Goiás, podemos notar esses apontamentos. Em conjunto com os discursos impregnados de algumas ceramistas da cidade, “que têm suas bases na tradição oleira local, como uma herança indígena, e o negro são excluídos deste processo” (TEDESCO 2013, p.149). No entanto, com as escavações e os relatos dos viajantes cronistas, o que fica evidente são tentativas de silenciamento desse grupo da sociedade vilaboense. Porém, na cultura material que é escavada e evidenciada em Goiás, o que predomina é o grito de resistência negra, através do padrão decorativo das peças.

Durante o processo de obtenção do título de patrimônio da humanidade, a cidade de Goiás passou por diferentes obras, incluindo a rede de esgoto e a rede subterrânea de energia elétrica e telefonia. Neste contexto, surgiu o Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás, a partir de uma portaria emitida pela UEG. O NARQ foi criado em 2000 para abrigar o acervo arqueológico formado a partir das escavações arqueológicas realizadas na cidade de Goiás por uma equipe de pesquisadores da UEG e é administrado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O acervo contém aproximadamente 200.000 fragmentos arqueológicos, dos quais podemos destacar cerâmicas, louças, metais, ossos, e ainda faz parte do seu riquíssimo acervo dois esqueletos humanos. Esses acervos são uma importante fonte de pesquisa sobre a população de Vila Boa de Goiás.

Na atualidade, nas proximidades do prédio da UEG Campus Cora Coralina, há um terreno para futuras instalações da sede fixa do NARQ, aguardando liberações de verbas para, assim, iniciar efetivamente as obras relacionadas à construção. A maioria do acervo encontrado no Núcleo de Arqueologia é oriunda de escavações realizadas na cidade de Goiás. Isso não quer dizer que não podemos encontrar artefatos de outras cidades, pois o NARQ-UEG recebe acervos de projetos de outras cidades que necessitam de apoio institucional para a realização

de suas pesquisas. Além disso, promove projetos que envolvem ações educacionais relacionadas ao patrimônio cultural, como cursos de extensão e exposições permanentes.

O Núcleo de Arqueologia também fornece palestras e cursos voltados para professores e alunos do ensino básico e para a comunidade local, visando às pesquisas em desenvolvimento, a história da região e a preservação do patrimônio cultural e local, de modo a fortalecer a cidadania e identidades.

Desta forma, é importante trazer a história do NARQ-UEG para que se possa compreender que um local de salvaguarda dos bens arqueológicos da cidade possui o papel de preservar e dialogar com a sociedade vilaboense.

1.2 A Proteção do Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial no Brasil

Neste item do relatório, discorreremos sobre os mecanismos de proteção dos bens arqueológicos no Brasil. Procuramos realizar uma breve análise do conjunto de leis e portarias necessárias no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, restaurações e requalificações das obras na cidade de Goiás. Dessa forma, apresentamos considerações relacionadas ao tema, dando ênfase, sobretudo, ao desenvolvimento dos mecanismos que nortearam esses processos a partir das leis de proteção aos bens culturais.

O bem cultural é concebido como algo importante e representativo da identidade, história e cultura, ou seja, os valores e significados atribuídos a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de um grupo.

[...] nomeação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto, mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública (IPHAN, 2014, p. 218).

Desta forma, faremos uma breve síntese sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, uma autarquia federal criada em 1937 com o

intuito de proteger “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou coletivamente” (IPHAN, 2014). O IPHAN foi criado ainda no governo de Vargas, naquela época chamado SPHAN; “O SPHAN foi criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937”. Em 30 de novembro do mesmo ano, sua ação de proteção foi regulamentada pelo decreto nº 25. "Assim, foi discriminado aquilo que deveria constituir o patrimônio histórico e artístico nacional" (CHUVA, 2017, p. 49).

Entrando nos assuntos que respaldam o mecanismo de proteção do patrimônio arqueológico e ponderando sobre as análises desses mecanismos legais e normativos no Brasil, a realização dos estudos ambientais no que diz respeito ao licenciamento ambiental para obras de engenharia está expressa pela Constituição Brasileira, sobretudo em seu artigo 225, no Decreto-Lei nº 25/37 e na Lei federal 3.924/61. Esses documentos estabelecem como responsabilidade do Estado a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, assim como a posse da coletividade, tendo como dever a proteção dos bens pelos poderes estaduais, federais e/ou municipais. Sua proteção é redigida pela Constituição de 1988 da seguinte forma:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV- Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

O patrimônio arqueológico pode ser percebido como meio cultural representativo da diversidade e rastro do processo de formação da nossa

sociedade. A partir do exposto, deve-se compreender que o processo de movimentação do solo e eventuais mudanças na paisagem causadas por essas ações podem representar um agravo irreversível ao patrimônio arqueológico, uma vez que a paisagem também é uma representação patrimonial.

Os estudos arqueológicos efetuados em tais situações consistem em avaliar os riscos de impacto à cultura material, além da exteriorização palpável das afinidades igualitárias e das percepções de povos remanescentes do passado. Para elaborar os estudos de impacto respectivos ao patrimônio arqueológico, é necessária a ponderação dos dispositivos legais e suas normativas vigentes no país. Um exemplo disso é a Resolução do CONAMA N°001/86, que instrui sobre as orientações acerca das incumbências técnicas dos estudos que possam promover impactos histórico-arqueológicos. Além disso,

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, RESOLVE:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam

I - A saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - As atividades sociais e econômicas;

III - A biota;

IV - As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - A qualidade dos recursos ambientais.

Todavia, foi a Resolução CONAMA nº 001/86 que garantiu com domínio a introdução do patrimônio cultural nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), por meio da alínea “c”, inciso I, do art. 6º. Já a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, parágrafo IV faz referência aos sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, em conformidade com o estabelecido no artigo 216; o Decreto-Lei n. 25 de 1937 visa proteger o Patrimônio cultural, que é definido como o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país; e a Lei

Federal nº 3.924/61 entende como criminosa a depredação dos bens arqueológicos, deixando-os sob a tutela da União.

Por outro lado, sem o devido respeito pelas normativas e mecanismos, os prejuízos se estendem para além da degradação ambiental; os impactos negativos atingem a população local, impedindo-a de ter acesso a ações educativas que estimulam a preservação ambiental e cultural, fatores que incidem diretamente nas atitudes pelas quais a sociedade visualiza suas representações culturais.

Conforme o Art. 216 da CF de 1988, Conforme o Art. 216 da CF de 1988, "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Perante a abordagem do artigo, a conservação dos sítios arqueológicos está assegurada como obrigações do Estado, proporcionando o equilíbrio entre o “meio ambiente, fornecendo informações que podem contribuir para fortalecer nossas identidades e sentimentos de pertencimento” (DIAS, 2018, p. 10). Portanto, a Constituição institui que os bens arqueológicos são bens de disposição pública e define a União como titular dos direitos sobre o patrimônio arqueológico, que está sob tutela de um órgão público, o IPHAN, uma autarquia federal responsável pela gestão dos bens culturais (SOARES, 2007).

Nota-se a necessidade crescente de realização de estudos arqueológicos, dada a importância do nosso país em relação às fontes arqueológicas existentes. A Portaria IPHAN nº 230/02 determina o cumprimento dos estudos de base arqueológicos por meio de licenças prévias, de instalação e de operação. Com essa portaria, as pesquisas relacionadas aos bens patrimoniais arqueológicos e os processos de licenciamento ambiental de arqueologia preventiva passaram a ter melhor desenvolvimento a partir dela.

No entanto, com a substituição das práticas da Instrução Normativa (IN) 01/2015, que revogou a Portaria 230/02, na sua publicação, passou-se a valer a Instrução Normativa 01/2015, que está inserida em uma conjuntura de discussões relacionadas às necessidades atuais de revisão das políticas nacionais de meio ambiente, visando adequar os processos do IPHAN às diretrizes estabelecidas pela Portaria 60/2015. A Instrução Normativa trouxe novamente à discussão e apresentação de um ajuste prévio para cada ação, de acordo com seu tamanho e tipo de impacto causado. Dessa forma, várias áreas que poderão ser sítios arqueológicos, mesmo que ainda não tenham sido descobertas, estão sob a proteção da lei nº 3.924/61.

A fragilidade do patrimônio arqueológico tem proporções bastante consideráveis, representando anos de uma narrativa que pode se perder em questões de minutos, tornando pesquisas necessárias para evitar esse tipo de ação. Assim, a relação entre a paisagem e os sítios arqueológicos é importante, pois estão interligados e a falta de preservação de uma afeta a preservação do outro. A arqueologia urbana considera a cidade como um todo, uma vez que ambos estão interligados de alguma forma. Portanto, ao considerar isso como um conjunto ou sistema único, torna-se possível perceber como os níveis de uma sociedade desenvolveram seus processos evolutivos.

Porem com a Instrução Normativa, há uma preocupação maior com programas educativos junto às comunidades onde estão os sujeitos e os empreendimentos em andamento (DIAS, 2018). A Educação Patrimonial entra nesta pesquisa como ferramenta capaz de influenciar as decisões dos indivíduos inseridos na sociedade local. Ela torna-se, portanto, uma extensão da cultura e uma abordagem teórica para tratar questões importantes, como identidades, memória, pertencimento e lugares.

A educação patrimonial é de grande importância para valorizar e preservar as particularidades históricas e culturais de um povo, sendo um direito da sociedade. Ela atua no campo político e social, promovendo a apropriação de saberes relacionados a elementos e manifestações consideradas essenciais para a preservação das identidades históricas e da memória dos indivíduos ou grupos, ou seja, bens culturais comuns que remetem ao sentimento de pertencimento.

Trata-se de uma apropriação da cultura, ou de parte dela, que é representativa para o coletivo. A educação patrimonial, nos casos dos restauros e requalificações de Goiás, destaca a importância de estabelecer um diálogo com a sociedade local, para que as pessoas possam entrar em contato com bens culturais e, neste caso, com os bens arqueológicos. Portanto,

Educação Patrimonial constitui-se em todos os processos educativos, formais e não formais que tem como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio (IPHAN, 2014, p. 19).

Deste modo, vale a pena empreender um breve diálogo acerca do conceito de educação patrimonial. Ao falar sobre o tema da Educação, que já fazia parte dos assuntos no IPHAN antes mesmo de sua concepção como um campo de atuação, já existia no anteprojeto de Mário de Andrade datado do ano 1936 uma ideologia para difundir os assuntos da preservação do patrimônio e ações pedagógicas. Assim;

Conhecida "fase heroica", que se deu nos anos de 1937 a 1967, também foram desenvolvidas as políticas do IPHAN relacionado à Educação pautada na criação de museus e apoio a expografia; tombamento de conjuntos artísticos e documentais; incentivos às publicações técnicas para um público maior, por meio de comunicação feita pelos jornais da época, com temas que expunha o patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 6).

O termo Educação Patrimonial foi apresentado no Brasil no 1º Seminário que tratava da Educação em Museus e sobre Monumentos, realizado no Museu Imperial, situado em Petrópolis-RJ no ano de 1983. Na época, apresentou-se tal conceito como uma metodologia inspirada no então modelo inglês "heritage education," que foca na competência cultural dentro da formação educacional. Trata-se de fornecer aos alunos oportunidades educacionais para entender várias perspectivas culturais e políticas que permitam a aquisição de maiores competências culturais.

A política e aplicação consistiram em um projeto de Pesquisa em Cidadania e Educação acadêmico crítico que subsidiou pesquisas relevantes e atuais sobre cidadania e Educação Patrimonial, visando a promover a participação ativa, a transformação da sociedade e o papel do patrimônio como fonte de identidade simbólica que facilita a compreensão do presente e do passado (IPHAN, 2014).

Mario Chagas (2004) afirma que a *heritage education* foi insuficiente no quesito diálogo, que é um dos pilares da educação patrimonial. Para ele, a educação patrimonial precisa estar além de uma proposta metodológica, podendo ser considerada como “um campo de trabalho, de reflexão e ação”.

Ao se fazer herdeira da *heritage education*, a Educação Patrimonial abriu mão de um diálogo possível e possivelmente fértil com os museólogos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, filósofos e educadores brasileiros. Esse formato de Educação Patrimonial desconsidera uma série de trabalhos anteriores [...]. Nos últimos vinte anos, a expressão Educação Patrimonial consagrou-se no Brasil não como metodologia, mas como campo de trabalho, reflexão e ação. A expressão Educação Patrimonial foi antropofagizada. As reflexões e práticas educativas desenvolvidas por uma série de profissionais [...] que tomam como ponto de partida a relação de indivíduos e grupos sociais com o patrimônio cultural (material e imaterial) fazem parte desse campo amplo. Conclusão: a ideia de um marco zero para a Educação Patrimonial já não faz nenhum sentido. Insisto em dizer: a Educação Patrimonial foi devorada e agora está sendo regurgitada como novas significações (CHAGAS, 2004, p.144).

No ano de 1999, Horta, Grunberg e Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, um material que por décadas passou a ser referência conceitual e prática utilizada pelo IPHAN e educadores. Sob tal égide, a Educação para o Patrimônio, enquanto suas características primordiais mobilizam ações educativas e sociais, comporta a elaboração de ações educativas, atuando de maneira interdisciplinar, permitindo que os bens culturais façam uma inter-relação com os saberes diferentes, por vezes agregando saberes historicamente reconhecido com as demandas comunitárias, permitindo autoconhecimento. Publicado como pioneiro na área da educação, o guia básico e seu teor deram origem a um sistema de conceitos e práticas criados pelas autoras em conjunto com técnicos do IPHAN e a rede de ensino e agentes do patrimônio. Alguns anos após o lançamento na segunda metade dos anos 1990, esse modelo ganha o país em diversos contextos e localidades.

Paralelamente, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorre em 1983 a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial (IPHAN, 2014, p. 13).

Com o passar dos anos, a noção de educação patrimonial que existia nas décadas anteriores foi se modificando. A educação patrimonial começou a ver o indivíduo com suas relações de pertencimento, suas identidades e memórias, observando o que realmente tinha um valor significativo quanto ao patrimônio cultural, que ia além dos objetos tidos como consagrados que estavam nos museus, selecionados por alguns especialistas da área. Na atualidade, com novos pontos de vista sobre a educação patrimonial, o guia de educação ficou meio que às margens do que seria a educação patrimonial, sendo esta, hoje, um processo dialógico de interação entre os indivíduos, grupos sociais e seus bens patrimoniais.

Vale dizer que esse documento representa a culminância de um conjunto de investimentos que a área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro, do Iphan, vem fazendo desde o ano 2000 no sentido de estruturar e consolidar um campo de trabalho para as ações educativas voltadas para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse processo, é preciso reconhecer as inúmeras iniciativas de educação patrimonial implementadas pelas Superintendências e instituições ligadas ao Iphan e por diferentes organizações da sociedade civil (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 1).

Nos anos 2000, o IPHAN começa a se articular para desenvolver trabalhos ligados à educação voltada para os bens culturais. A proposta seria a de desenvolver ações que envolvessem a cultura e o patrimônio no âmbito individual e coletivo. No ano de 2004, ocorreu uma reunião técnica em Pirenópolis, Goiás, em que todas as superintendências do IPHAN estavam presentes. Iniciava-se então um marco na tentativa de organizar e promover ações ligadas ao campo da educação patrimonial, um marco do qual a coletividade sairia beneficiada.

Já em 2005, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial em São Cristóvão, Sergipe, buscando debater e sugerir medidas de âmbito nacional para ações educativas em escolas, museus e a sociedade em geral. Em 2008, o projeto Casas do Patrimônio começa a tomar forma, e no ano de 2009, em Olinda,

Pernambuco, é concretizada e finalizada a avaliação e o planejamento dessas casas do patrimônio. Neste mesmo ano, foi criada a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC).⁵ Além disso,

Em 2009, foi criada a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), vinculada ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF), tendo como meta implementar programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Hoje, o IPHAN vem atuando em três linhas na política de Educação Patrimonial: Educação Formal, por meio do Programa Mais Educação e Programa de Extensão Universitária (ProExt); Casas do Patrimônio, principal iniciativa, que visa uma gestão compartilhada das ações educativas, e; consolidação das políticas de Educação Patrimonial através da Carta de Olinda (2009), Fórum Nacional de Patrimônio Cultural (2009) e Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011). (FLORENCIO et al, 2014, p. 29 apud BAIMA, 2016, p. 55).

Segundo o IPHAN (2014), conectado ao Departamento de Articulações e Fomento, em 2009 iniciou-se a Coordenação de Educação Patrimonial, tendo como principal objetivo pôr em prática os programas e projetos voltados para a Educação do Patrimônio no cenário da Política Nacional. Em 2014, o IPHAN publicou uma obra que trouxe solidez sobre o tema, "Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos", o seu entendimento em relação ao tema.

Atualmente, algumas iniciativas educacionais dirigidas à preservação patrimonial carregam uma variedade de ações com compreensões, métodos, práticas e objetivos pedagógicos diversos. A educação patrimonial é um instrumento importante na constituição dos cidadãos, estando empenhada com a mudança social e, para tanto, conscientizando cidadãos de fato, capazes de entender, decifrar, discutir e intervir no seu meio sociocultural e político. Quem melhor para aprender sobre seus bens culturais e seus bens patrimoniais do que a comunidade na qual os bens estão inseridos? O pesquisador está inserido como um terceiro indivíduo, que muitas vezes não faz parte do grupo social, do qual o bem está inserido. No entanto,

⁵ Nos dias 27 e 29 de agosto de 2014, foi realizado o Seminário de 33 anos do Projeto Interação. O evento foi organizado pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do Departamento de Articulação e Fomento (DAF) do IPHAN em parceria com o Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (UNB) e contou com a participação de especialistas e gestores em patrimônio. O seminário debateu sobre a importância do campo da educação nas ações de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

a comunidade ou a sociedade é senhora de sua história, e como tal sempre deveria ter o poder de fala.

É indispensável que toda a ação educativa certifique a participação da sociedade na formulação e execução das atividades propostas, baseando a construção do conhecimento com toda a sociedade, identificando os grupos sociais como elaboradores de saberes que conhecem suas referências culturais, das quais estão contidas nossas memórias sociais locais. Essas ações são capazes de transformar nossos espaços de vivência, trazendo uma ação educativa reprodutora de informações, na qual não existe apenas o educador como fonte de informação (FREIRE, 1970), mas sim trocas de informações dos educadores com os detentores de saberes presentes na sociedade local. Assim, as trocas de conhecimentos chegarão a um nível capaz de transformar a educação com o patrimônio em sua essência, diálogos e conhecimento.

Nesses procedimentos, as ações educativas necessitam ser ponderadas, de modo a dar valor às nossas diversas culturas, para que possam fortalecer nossas identidades locais e construir diversificação no aprendizado do grupo como um todo, sem deixar cair no esquecimento que nem sempre o grupo se identifica ou se espelha no conjunto tido como oficial do patrimônio cultural nacional.

Por algum tempo houve a ideia de que, para preservar, era necessário conhecer. Esse conhecimento pode ser obtido através da Educação Patrimonial, mas existe algo além deste conhecimento. Alguns autores nos dizem que a conscientização é necessária, e dentre eles podemos destacar Scifoni (2019), que em relação à preservação do patrimônio, afirma que o esforço deve ir mais longe.

No campo da educação patrimonial, uma dessas ideias do passado que se reproduz na atualidade é a do conhecer para preservar, jargão comumente utilizado para justificar a necessidade de ações educativas. Repetida à exaustão, ao longo do tempo, a expressão resultou na incorporação naturalizada dessa concepção, a ponto de ter se tornado uma verdade inquestionável. (SCIFONI, 2019, p.18)

Segundo dados obtidos por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é necessário conhecer e ter consciência, mas também é preciso perceber como a comunidade se sente pertencente ao patrimônio em questão. Uma vez que a educação patrimonial é um processo de interações, de

compartilhamento de conhecimentos, de diálogos, de apropriação e valorização de nossas heranças culturais, para que possamos preservar os patrimônios, porque se não nos sentirmos sensibilizados em relação ao bem, seja material ou não, ou não tivermos um vínculo afetivo em relação ao bem, o que pode ocorrer é o abandono.

A junção da educação com o patrimônio tem como papel promover na comunidade o sentido de pertencimento ao seu “lugar”, às raízes de seus antepassados, conectando essas questões às mudanças que ocorreram com o tempo e possibilitando assim descobrir os valores do passado e do presente.

Além disso, trata-se de uma prática prevista em várias normas que versam sobre a execução da educação para o patrimônio nas pesquisas arqueológicas. A Portaria nº 07/1998 do IPHAN menciona as ações educativas em seu Art. 5º, inciso IV, alíneas 5 - 6. A Portaria afirma que na proposta de trabalho científico deve conter a proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais e “meios de divulgação das informações científicas obtidas”. Já a Instrução Normativa nº 001, promulgada em 25 de março de 2015, no capítulo III, faz a seguinte colocação sobre a educação patrimonial:

Art. 43. Para os fins desta Instrução Normativa entende-se por Projeto Integrado de Educação Patrimonial aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados.

Art. 44. O IPHAN receberá o Relatório Integrado de Educação Patrimonial em documento único contemplando a totalidade dos bens culturais envolvidos.

Art. 45. O Projeto Integrado de Educação Patrimonial será desenvolvido na AID e deverá conter: I - definição do público-alvo; II - objetivos; III - justificativa; IV - metodologia; V - descrição da equipe multidisciplinar responsável; VI - cronograma de execução, e VII - mecanismos de avaliação.

§ 1º O público-alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento.

§ 2º A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação.

§ 3º O cronograma poderá prever ações a serem desenvolvidas também após o início de operação do empreendimento.

§ 4º Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial. (IPHAN, 2015, p.16)

Surgem novos enfoques sobre o assunto por meio dos Projetos de Educação Patrimonial, substituindo a Portaria IPHAN nº 230/02. Definem-se, então, novos parâmetros para a Educação Patrimonial, trazendo uma maior participação das sociedades locais nos processos culturais.

A Portaria nº 137 de 28 de abril de 2016 apresenta as referências para a educação patrimonial enquanto práticas transversais aos procedimentos de preservação do patrimônio cultural no domínio do Iphan, como se observa no Art. 2º da referida portaria.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades.

Art. 3º São diretrizes da Educação Patrimonial:

I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;

II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;

III - Valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;

IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;

V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;

VI - Considerar a intersectorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;

VII - Incentivar a associação das políticas de patrimônio Cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;

VIII - Considerar “patrimônio cultural como tema transversal e Interdisciplinar”

A educação patrimonial pode ser vista como um instrumento de preservação capaz de estabelecer uma ponte entre a sociedade e o patrimônio arqueológico. A princípio, pode ser concretizada na forma de ensino institucionalizado ou não institucionalizado, ou seja, na educação formal e não formal. No entanto, é preciso perceber que a educação vai além das salas de aula ou das organizações de ensino, abrangendo toda a sociedade envolvida. Existe uma legislação específica criada em 1961 que prevê normativas para a pesquisa arqueológica, indo além dos salvamentos dos objetos escavados e resgatados, incluindo também os programas de Educação Patrimonial. Logo,

A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade (FLORÊNCIO, 2012, p. 24).

O alargamento da importância do patrimônio e a pluralidade de estudos destinados a essa temática beneficiam, de forma assertiva, os grupos que por séculos tiveram sua história silenciada. Atualmente, diversos desses grupos identificam, adotam e afirmam o que compõe seus bens culturais, independentemente dos poderes do estado, município, ou instâncias federais. Nessa conjuntura, a educação patrimonial desenha-se como um instrumento eficaz de preservação patrimonial, seja ela realizada por meio do processo educativo ou não. Além disso,

Com a portaria de número 230, de dezembro do ano de 2002, ao se tratar de projetos para execução que envolva monumentos arqueológicos, ou seja, obras que envolvam infraestrutura, projetos de obras de engenharia, no art. 6 § 2.º, deve-se ter como resultados esperados relatórios detalhados de campo e de laboratório; ao desenvolver o trabalho devem constar os estudos realizados em laboratório, como limpeza; triagem; análises; interpretação; acondicionamento; na “**Educação Patrimonial**” sendo parte importantíssima neste processo, dos quais deverá estar evidente entre as partes envolvidas. Deve se ter em mente o valor do sítio e os elementos contidos ali presentes, evidenciados, mostrando o potencial cultural do nosso país (IPHAN, 2014).

Assim, essas normativas auxiliam nas transversalidades e na pluridisciplinaridade na qual o patrimônio está inserido. A partir daqui, discute-se os conceitos que foram cruciais para compreender questões relacionadas ao patrimônio.

1.3 Educação patrimonial: memória, identidades e arqueologia

Neste item, realiza-se uma discussão de alguns conceitos necessários à condução da pesquisa, sendo indispensável para que se possa ter compreensão sobre os bens arqueológicos, especialmente o conceito de memória, identidade e patrimônio, para conseguirmos trilhar um caminho para a educação patrimonial tendo como referência os bens arqueológicos da antiga Vila Boa de Goiás.

O foco desta pesquisa é compreender os processos educativos utilizados ao longo de obras de restauro e requalificação ocorridas em Goiás e a importância que os bens arqueológicos possuem nesse processo construtivo de memórias e identidades. Posto isso, faz-se necessário realizar a seguinte indagação:

Mas para que serve a Arqueologia? Vimos que para o público em geral os arqueólogos são indivíduos preocupados apenas com o passado. Essa visão, no entanto, não corresponde à realidade. Estuda-se o passado para compreender-se o passado e não o presente. O passado, entretanto, faz parte do presente. Sítios arqueológicos sejam eles: cavernas, sambaquis, galeões naufragados, ruínas de casas, fortes, igrejas, fazendas, cidades são pedaços da história passada e presente de um povo. São as tramas que formam o tecido da memória. Através delas nos identificamos como pertencentes àquela ou a outra cultura, àquele ou a outro segmento da sociedade em que vivemos. A esse tecido damos o nome de patrimônio arqueológico. E é dever da Arqueologia estudá-lo, apresentá-lo ao público, e juntamente com ele cuidar para que seja preservado. Ao cidadão cabe a tarefa de - dentro de seus domínios - colaborar para a preservação de sua memória. (NAJJAR, 2006, p.7)

A respeito da memória, ela está relacionada à aprendizagem que nos faz obter novos conhecimentos, conhecer nosso passado por experiências ouvidas ou vividas. De maneira que, atrelada ao “patrimônio cultural como locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2007, p. 1).

É o caso do patrimônio arqueológico, em especial, em que essa relação é estabelecida entre sociedade e cultura material. Nessa perspectiva, os sítios arqueológicos da cidade de Goiás devem caracterizar-se como um apoio material para os indivíduos construírem seus processos históricos e suas representações simbólicas do passado, com as sociedades indígenas e negras que aqui construíram suas histórias.

Partindo da ideia de que as obras de infraestrutura e as restaurações realizadas na cidade de Goiás contribuíram para o desenvolvimento local, gerando empregos e oportunidades para os cidadãos vilaboenses, a pesquisa arqueológica deve dialogar, por um lado, sobre as atividades arqueológicas realizadas nas obras de infraestrutura urbana, requalificação e restauro, e, por outro, promover um espaço que evidencie a importância da educação patrimonial e do patrimônio, divulgando o conhecimento dos bens culturais. Sendo assim, “o patrimônio cultural é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões e práticas que remetem à história, à memória e à identidade de um povo” (IPHAN, 2012, p. 12).

A memória está relacionada às raízes e recordações comunitárias, mas não se trata dos grandes episódios feitos e institucionalizados como mais importantes pelas narrativas oficiais que, muitas vezes, elegem as narrativas a serem contadas, fator que também reverbera nos esquecimentos induzidos. No entanto,

Porque a coerção da memória pesa definitivamente sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, como sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado. A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coesão interior. Ela obriga cada um a se lembrar e reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade (NORA, 1993, p. 18).

É através da Arqueologia Histórica que o ser humano se reconhece partir da cultura material, pois por meio dela é possível identificar nas escavações arqueológicas, símbolos, de resistência como as decorações nos vasilhames⁶ de barro. Esses símbolos trazem aos sujeitos a possibilidade de se enxergarem como participantes sociais e componentes da história, o que, por sua vez reverbera na

⁶ Vasilhas de barro, ou cerâmicas.

construção das identidades, demonstrando que “o dever da memória faz de cada historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p. 17).

O entendimento do passado para construir o futuro torna-se fator preponderante nesse processo. A memória pode ser entendida popularmente como a capacidade que o ser humano tem de conservar e relembrar experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas, parte de processos de interação de um indivíduo com o outro.

Para Nora (1993), o apagamento da memória se transformou em uma vontade geral de registro, ou seja, passa a ser do grupo com o qual convivemos. Falar sobre memória solicita um diálogo contínuo com os tempos, passado e presente, que andam juntos. Então, quando recordamos com o olhar da atualidade todas as nossas experiências, estamos vivenciando a nossa memória vindoura do que aconteceu, de forma que estamos notadamente lembrando nosso presente, projetando na memória nossas identidades, nossos juízos e nossas noções do tempo presente.

Partindo da característica mutável da memória coletiva e individual, não se pode esquecer que quase todas as memórias têm um marco invariável, fazendo parte de sua essência, sua história de vida, e mesmo que mude o interlocutor por alguns acontecimentos, sua história ou memória continua a mesma. Como afirma Nora (1993). Com esse princípio, a memória é o passado, podemos dizer que a memória é o fato acontecido direta ou indiretamente por um indivíduo ou sociedade. Desta forma, os sítios arqueológicos e a cultura material desempenharão um papel importante na formação das memórias dos indivíduos, à medida que vão construindo suas memórias ao longo das gerações passadas.

Na atualidade, vem crescendo uma inquietação nos historiadores, antropólogos e outros pesquisadores sobre a questão da Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico. Essa preocupação está relacionada aos danos causados à memória, à identidade e ao patrimônio histórico que necessitam de conservação e proteção, permitindo que as informações acerca do passado não sejam completamente esquecidas. Uma vez que a construção de nossa história depende das múltiplas formas de tomada de consciência:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, tenha ocorrido um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Partindo do contexto da construção da nossa história, busca-se efetuar uma abordagem descentralizada, dando voz àqueles que, por processos políticos ou sociais, são subalternizados, não dispendo de “valorização do passado colonial, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro”(CHUVA, 2003, p. 324).

Para tanto, quando se fala em memória, estamos tratando de nossas lembranças, de nossa cultura, daquilo que adquirimos ao longo de nossa passagem pela vida, algo obtido e compartilhado com nosso grupo de convívio por meio de trocas de experiências, construindo nossas identidades, que são transmutáveis e múltiplas e que se moldam de acordo com nossas necessidades sociais. Assim, quando falamos de identidade, estamos abordando nossas particularidades adquiridas em convívio, seja de grupo ou individual, adaptando essas identidades conforme as necessidades que surgem em nossa vida social. A identidade é o que decorre de um extenso processo de assimilação em que nós, como sujeitos, podemos nos reconhecer frente ao outro e vice-versa.

Nota-se a necessidade de pontuar a importância da pesquisa arqueológica em obras de restauração e requalificação que promovam impactos de subsolo, de modo à ressignificar os espaços restaurados para que a população venha reconhecer e valorizar da melhor forma, e que os cidadãos vilaboenses possam ter um novo olhar sobre esses espaços patrimonializados. Fazer discussões sobre a importância do patrimônio cultural arqueológico torna-se algo de grande valia na medida em que reforça o pensamento crítico sobre cultura, costumes, memória, identidade e possibilita um diálogo de nosso espaço de vivência, entre aqueles que foram esquecidos e silenciados, e com a cultura material arqueológica podemos dar voz e quebrar esse silêncio.

Para tanto, quando se fala em memória, estamos tratando de nossas lembranças, de nossa cultura, aquilo que vamos adquirindo ao longo de nossa passagem pela vida, algo obtido e compartilhado com nosso grupo de convívio por

meio de trocas de experiências, construindo nossas identidades, transmutáveis e múltiplas, que vão se moldando de acordo com nossas necessidades sociais. Assim, quando falamos de identidade estamos abordando as nossas particularidades adquiridas em convívio, de grupo ou individual, adaptando essas identidades conforme as necessidades que vão surgir frente a nossa vida social. A identidade é o que chamaríamos decorrência de um extenso procedimento de assimilação em que nós, como sujeitos, podemos nos reconhecer frente ao outro e vice-versa:

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLACK, 1992, p. 5).

Se nos basearmos nas proposições de Candau (2011), ele dirá que memória e identidade estão entrelaçadas e não pode haver identidade sem nossas memórias, assim como fatos que nos fazem lembrar e esquecer, pois apenas com a memória somos capazes de nos conhecer. Também a memória não pode existir sem a presença da identidade, pois nossas relações ligam uma categoria à outra. Assim,

Não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a autoconsciência da duração. [...]. Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem a priori um conhecimento do que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele (CANDAU, 2011, p. 138).

A memória coletiva é um sistema constituído de lembranças em que os grupos sociais se apoiam e situam no tempo, de maneira que podem existir e relacionar diversas memórias coletivas. Além disso,

Melhor que grupos, é preferível falar de redes de inter-relações estruturadas, imbricadas em circuitos de comunicação. Essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Não é espontânea: para manter-se, precisa permanentemente ser reavivada. É, por isso, que é da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação. Várias memórias coletivas

podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas. (MENESES, 1992, p. 15).

Neste sentido, Bezerra (2010), comenta que:

Se a memória é uma construção social realizada no presente, devemos refletir sobre que memórias estão amalgamadas ao patrimônio objeto da restauração, quais são os impactos causados ao processo memorial quando as “paisagens lembradas” se tornarem “paisagens restauradas”, qual o papel da Educação Patrimonial nesse contexto? Um programa de Arqueologia Pública de longa duração – considerando também a Educação Patrimonial – poderia colaborar nessa “reconstrução”, promovendo um fortalecimento das relações entre os velhos e a nova paisagem criada a partir da restauração. (BEZERRA, 2010, p.173)

Com a conexão entre memória, identidade e o patrimônio arqueológico, podemos ir mais longe ao que diz respeito à preservação. Logicamente, para que as ações de preservação ocorram de fato, não basta apenas essa conexão. Elas são muito importantes, principalmente se houver um diálogo entre pesquisadores e a comunidade que vive nos arredores dos bens elencados como patrimônios. Um exemplo disso é a existência de registros arqueológicos que trazem informações sobre o passado do território vilaboense a partir de vestígios deixados por gerações anteriores a essa contemporânea. Assim, os artefatos arqueológicos serão elementos ativos na geração da memória. Os artefatos arqueológicos possuem uma memória devida à sua materialidade, mas também são fruto de várias interpretações, que são construções de memórias.

Nesse contexto, a educação patrimonial pode se destacar como uma ponte dialógica, pois por meio dela é possível apontar direções que possibilitam a compreensão de seu próprio grupo e de seu papel sociocultural diante de seu convívio social, tomando posse desse patrimônio e efetivando sua preservação. Além disso, parte dos vilaboenses terá a chance de conhecer o universo do bem cultural, tornando-se próximos ao observar que os resultados ali encontrados poderão fazer parte do seu cotidiano.

Ao percebermos o patrimônio como algo agraciado pelo passado e que pode ser transmitido às gerações futuras, Pelegrini (2007, p. 3) acredita que reconhecemos "que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos". Assim, os

pedaços de nossas memórias podem ser construídos e reconstruídos, contados e recontados, a partir do olhar dos vilaboenses, sem a necessidade de silenciar nenhum grupo que compõe a cidade de Goiás, que por longos anos foram esquecidos na história local, como os negros da cidade de Vila Boa.

Refletindo sobre nossas lembranças e fazendo uma profunda reflexão, buscando vestígios de memórias negras na cidade de Goiás, percebemos que desde nossa educação básica até o ensino de nível médio, encontramos poucas referências sobre esse tipo de assunto. Não havia menção ao quilombo “Auto Santana”, e o ensino da cultura e da história afro-brasileira e africana quase não surgiam nas salas de aula. O mito do surgimento com indígenas estava lá, como se Vila Boa fosse composta apenas por povos indígenas, enquanto a população negra era silenciada e esquecida em uma visão colonial, a história sob a ótica da Europa.

Para finalizar o capítulo, as referências teóricas utilizadas estão alinhadas com os capítulos do relatório. Dentre os autores utilizados para abordar os temas de memória e identidade, Nora, Pollak e Candou foram essenciais para esta pesquisa, bem como outros autores como Chuva, Scifoni, Najjar, entre outros, para compreender o bem cultural.

Os procedimentos metodológicos usados na execução deste relatório incluíram trabalhos em duas linhas de ação: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, realizamos um levantamento de artigos científicos sobre a temática, relatórios de pesquisa, dissertações e teses para obter uma melhor compreensão sobre as escavações que ocorreram na cidade e os projetos em questão. No corpo do texto, também incorporamos documentos escritos, como relatórios de monitoramento, leis, normativas, fontes iconográficas e mapas, para evidenciar melhor os resultados das ações de educação patrimonial identificadas nos relatórios e dados referentes ao público participativo.

Como proposta e criação final do produto, desenvolvemos um kit didático composto por uma caixa arqueológica e um manual de atividades de educação patrimonial. Por fim, este estudo adotou uma abordagem de pesquisa exploratória e analítica, baseada em levantamento bibliográfico e em um estudo de caso único. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois emprega evidências como documentos, relatórios de monitoramento e salvamento arqueológicos, observação direta da pesquisadora e interpretação de dados.

2. DO PAC A OBRAS DE INFRAESTRUTURA: RESTAURO E AÇÕES EDUCATIVAS NA CIDADE GOIÁS

Neste capítulo, aborda-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e suas contribuições, bem como as reverberações da implantação desse programa político. Esta pesquisa tem como ponto central a discussão sobre os restauros e as ações educativas envolvidas em obras de infraestrutura na cidade de Goiás. Analisa-se a importância da pesquisa arqueológica em empreendimentos como esses, para que a população possa ser beneficiada não apenas com as restaurações, mas também com a proteção dos bens arqueológicos resgatados na cidade de Goiás.

O capítulo está organizado da seguinte forma: No subitem "O Programa do Governo Federal de Aceleração do Crescimento", faz-se um apanhado geral sobre o programa, que foi um dos responsáveis pelo ocorrido das obras de restauro na cidade de Goiás. No subitem "As Obras na Cidade de Goiás: Acompanhamento Arqueológico e Suas Ações Educativas", esta etapa da pesquisa consiste na efetuação e ponderações acerca dos resultados alcançados com as leituras e análises dos relatórios. Ou seja, abordamos cada edificação e suas origens, situando o leitor em cada espaço e, por fim, o público participativo de cada restauro e suas respectivas ações educativas.

A pesquisa analisou as obras de infraestrutura da cidade de Goiás, das quais podemos destacar as obras de restauração do Mercado Municipal, da escola Veiga Valle, do Arquivo Diocesano, do Cine Teatro São Joaquim e o Casarão da prefeitura. Foram incorporadas a esta análise mais duas obras que não estão no contexto do programa de aceleração, para que pudéssemos fazer uma comparação com as obras custeadas pelo PAC. Entre essas operações, destacam-se as atividades de implantação da rede de esgoto e a obra da Fonte da Carioca. Assim, cada obra foi analisada, contando com um pequeno histórico sobre as mesmas e de que forma ocorreram os procedimentos das ações de educação patrimonial, e quais públicos foram contemplados.

2.1 O Programa do Governo Federal de Aceleração do Crescimento

As obras de restauro e requalificação que ocorreram na cidade de Goiás no período de 2014 a 2018 foram subsidiadas, como já mencionadas, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Programa gerou a retomada do planejamento e efetivação de boa parte das obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, com base em uma proposta para desenvolvimento nacional acelerado sem deixar de lado a questão da sustentabilidade.

O PAC foi adotado em 2007, durante o governo Lula, e tem continuidade no governo Dilma. Trata-se da utilização de parcerias público-privadas visando à retomada do planejamento e à execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, com o intuito, segundo o governo, de contribuir para o desenvolvimento acelerado e sustentável da economia. (JARDIM; SILVA 2015, p.16).

O Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas foi lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cidade de Ouro Preto-MG, no ano de 2009. Nesta mesma cidade, na década de 30, grandes decisões relacionadas às políticas de preservação que estavam latentes foram tomadas, em um momento político em que a busca pela afirmação de uma identidade nacional estava em ascensão.

Numa época em que o resgate da memória brasileira começava a tornar-se prioridade tanto para o governo quanto para intelectuais locais e nacionais, foi lançado o então Programa de Aceleração Cidades Históricas, focado em ações nos municípios com bens protegidos federalmente e bens imateriais registrados como patrimônio cultural do Brasil, com o intuito de consolidar novas formas de desenvolvimento e valorização do patrimônio.

Na cidade de Goiás, houve dois grandes momentos para a realização de obras: as ações de adequação para receber o título de patrimônio da humanidade e as restaurações e requalificações do patrimônio edificado vilaboense. O primeiro envolveu as obras de adequação para receber o título concedido pela UNESCO de Patrimônio da Humanidade no início dos anos 2000. O segundo momento é marcado por atividades contempladas pelo programa de aceleração do crescimento (PAC Cidades Históricas), um dos objetos de nosso estudo.

A justificativa para a criação do programa pautava-se nas necessidades de enfrentar os problemas de infraestrutura no Brasil, com propostas estratégicas de longo e médio prazo, tornando mais forte as regulações e concorrências, adaptando assim os órgãos financeiros às perspectivas de longo prazo e possibilitando novas parcerias entre os setores públicos e os investidores privados, facilitando a conexão nos meios federativos.

Com o PAC, a cidade de Goiás beneficiou-se entre as 44 cidades reconhecidas como patrimônio nacional e entre as 11 como patrimônio mundial, recebendo cerca de R\$1,6 bilhão para custear as obras realizadas. O intuito era preservar o patrimônio cultural no Brasil. Inicialmente, o Ministério da Cultura com o programa do PAC estendeu o programa a outras cidades históricas, além de restaurar os monumentos protegidos (BRASIL, 2010).

Nesta nova etapa do PAC Cidades Históricas 44 cidades, presentes em 20 estados da federação, reconhecidas como patrimônio nacional e 11 como patrimônio mundial, receberão cerca de R\$1,6 bilhão de investimentos para a recuperação, restauro e qualificação de seus conjuntos urbanos e monumentos. Além disso, uma linha especial de crédito, no valor de R\$ 300 milhões, será disponibilizada para financiar obras em imóveis particulares localizados em 105 cidades com áreas tombadas pelo Iphan, com juros subsidiados e prazos de pagamento especiais. Com tais recursos, os proprietários poderão recuperar suas residências, ou mesmo investir na adaptação de edifícios para exploração econômica, como hotéis, pousada e restaurante (Marta Suplicy Ministra da Cultura IPHAN).

Também foi disponibilizada uma linha de crédito especial de 300 milhões de reais para aqueles imóveis particulares localizados por todo o Brasil. Esses recursos destinados aos proprietários seriam para recuperar suas residências ou adaptar a habitação para fins econômicos, como hotéis, pousadas e restaurantes.

O PAC-CH possibilitou a requalificação de espaços urbanos e a reabilitação de edificações públicas e privadas, abrindo um leque de ações em saneamento ambiental e habitação social, promovendo o desenvolvimento local. Esses investimentos em relação à preservação do patrimônio cultural se mostraram indissociáveis do desenvolvimento sustentável do país. Desse modo, cabe a necessidade de definir o que é restauração e requalificação para melhor compreender esses processos ocorridos na cidade de Goiás.

O termo "requalificação urbana" pode significar o envolvimento de lugares que existem nas nomenclaturas do urbanismo no final da década de 1990, um período cheio de incompatibilidade de ideias. De um lado, apresentavam-se as alterações do contexto urbano, com os planos de renovação das áreas urbanas, e, por outro lado, era necessário abordar a conservação do patrimônio histórico, dos patrimônios ambientais e sociais.

São ações que tendem a recuperar e reordenar os centros urbanos, relacionando questões econômicas, ambientais e sociais para melhor atender à população local, permitindo que ela desfrute do espaço restaurado e requalificado. 'A restauração constitui o tipo de conservação que requer o maior número de ações especializadas' (BRASIL, 2005, p. 14). Segundo Najjar (2006, p. 9), o termo 'Arqueologia de Restauração' surgiu em meados do século XX para caracterizar os trabalhos que tinham como objetivo fornecer elementos para os projetos de restauração de monumentos.

A requalificação urbana pode abranger ações focalizadas no espaço público e interferências de outra modalidade de remodelação do ambiente urbanizado sem extrair, entretanto, o valor do bem patrimonializado construído, que é um componente fundamental para compor as áreas urbanas.

No Brasil, os projetos de intervenção voltados para requalificações urbanísticas têm, em sua maioria, um foco em sítios urbanos históricos. Quando falamos em sítios urbanos históricos, não podemos deixar de mencionar a cidade de Goiás, que está situada em um sítio urbano, agraciada com várias requalificações e restaurações e, como tal, tem no seu currículo como uma das primeiras obras restauradas: "A Casa da Fundação do Ouro é elemento desse núcleo e, devido ao seu precário estado de conservação, foi retomada pela União para ser restaurada" (SILVA; PARDI, 1989, p. 238).

Esses projetos precisam ser seguidos por uma instituição pública responsável pela preservação da cultura nacional e local. No entanto, nem sempre isso acontece com o bem patrimonial, que pode não ter valor afetivo para a população local e permanecer como algo técnico, sem valor e sem uso. Entretanto, em Goiás, entre as obras, restauradas o espaço do Mercado Municipal se destaca, pois a população tem acesso livre e interage com o espaço e os indivíduos presentes.

Assim, voltando ao programa do PAC Cidades Históricas, o Governo Federal conseguiu mobilizar seus esforços para garantir um melhor futuro para novas gerações e para a geração atual, de modo que todos possam desfrutar, com respeito e dignidade, dos ambientes que fazem parte da história, dos valores culturais, da diversidade e da identidade. Por meio da Portaria nº 383 de 20 de agosto de 2013, foram investidos mais de 49 milhões de reais voltados para melhorar as condições turísticas das cidades:

Considerando o disposto na Portaria nº. 92, de 05 de julho de 2012, publicada no DOU de 09 de julho de 2012, considerando o processo seletivo iniciado em 30/01/2013 (Proc. 01450.004028/2013-11), para apresentação de propostas de intervenções no âmbito do PAC Cidades Históricas, pelos Chefes dos Poderes Executivos Municipais e/ou Estaduais de 44 municípios brasileiros com patrimônio histórico tombado em nível federal;

Considerando que o PAC Cidades Históricas é segmento do Eixo Comunidade Cidadã do PAC 2, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as intervenções selecionadas no âmbito do PAC Cidades Históricas, nos termos do Anexo I.

Art. 2º O início da execução das intervenções relacionadas no Anexo I está condicionada à apresentação e aprovação pelo Iphan do material técnico correspondente.

Art. 3º Os recursos disponibilizados serão oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. (Brasil 2013 seção 1 p.5)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

As obras foram gerenciadas pelo IPHAN-GO, que executou e acompanhou partes das operações, orientando e fiscalizando as prefeituras municipais. Em um segundo momento, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conhecido como PAC 2, introduziu uma linha de crédito na programação orçamentária do Instituto, destinada especificamente a obras em cidades históricas, denominada de "Linha Cidade Melhor/Cidades Históricas. Continuando fazemos a parti daqui abordagens sobre os acompanhamentos arqueológicos e suas ações educativas nas cidade de Goiás.

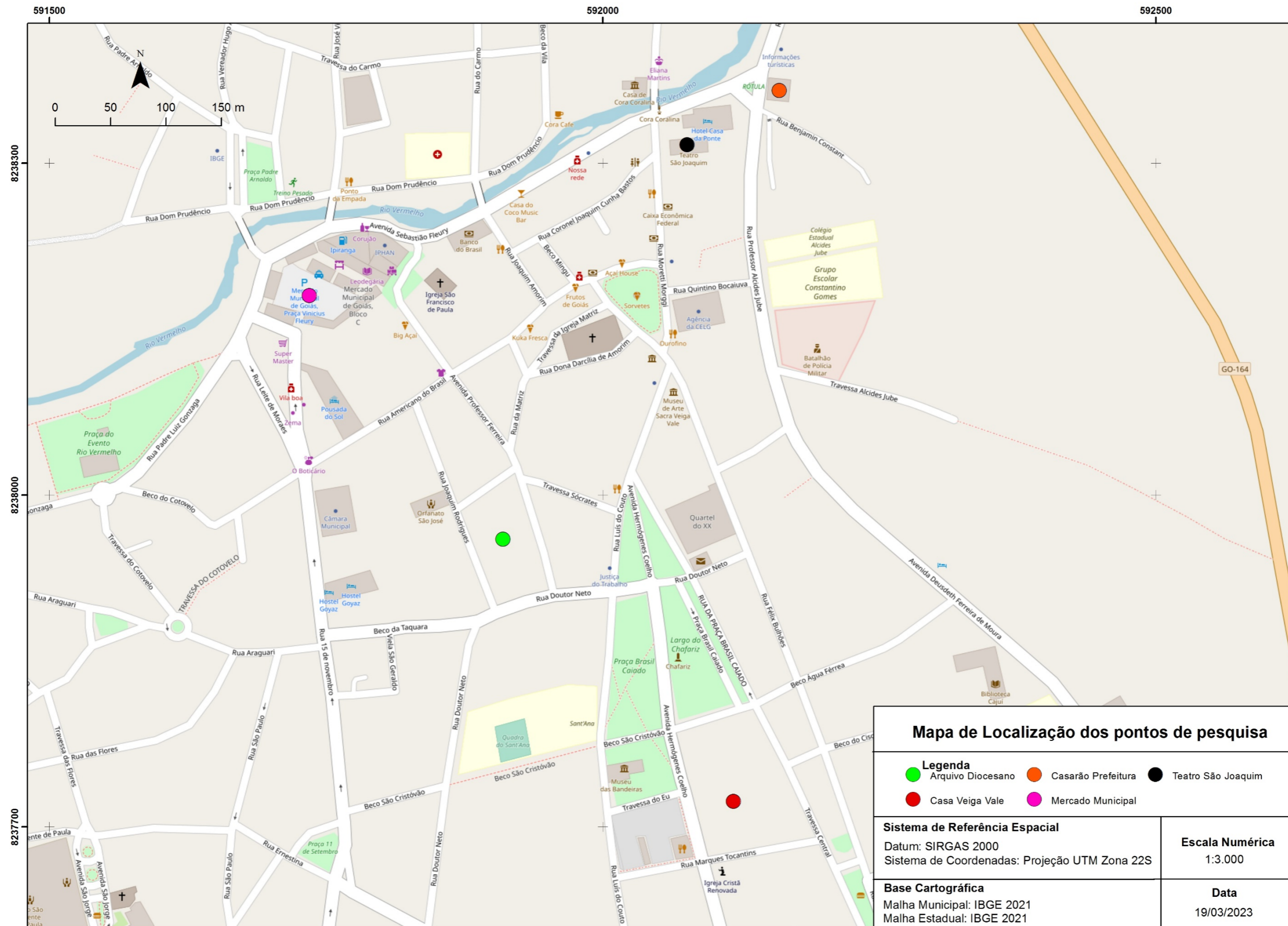
2.2 As obras na cidade de Goiás: acompanhamento arqueológico e suas ações educativas

Nos últimos anos, a antiga capital de Goiás foi agraciada com diversas obras de restauração⁷, recuperação e requalificação de edifícios e monumentos históricos na zona central, provenientes do PAC. Dentro deste programa, destacamos o PAC Cidades Históricas, que visava atender cidades com bens tombados pelo IPHAN. De acordo com informações disponíveis no site do IPHAN, a cidade de Goiás foi contemplada com as seguintes obras de restauração: Casarão da Escola de Artes Veiga Valle, Mercado Municipal, Cine Teatro São Joaquim e Casarão da Prefeitura Municipal. Além disso, houve a requalificação da Sede da Diocese de Goiás para a instalação do Arquivo Diocesano. As localizações desses locais estão representadas no Mapa 2.

Buscamos fornecer um breve histórico sobre os locais estudados, permitindo aos leitores uma maior interação com as histórias locais dos lugares escolhidos para a pesquisa. Além disso, analisamos as ações educativas associadas a cada um deles. Para complementar, apresentamos um gráfico que expõe informações sobre os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas, incluindo o quantitativo de artefatos coletados, que contribuem para enriquecer a cultura, identidade e memória da região.

⁷ Quando falamos de restaurações na cidade de Goiás, temos alguns trabalhos que abordam sobre o assunto dos quais destacamos Souza (2020), que faz uma abordagem sobre o patrimônio de Goiás, aborda ainda sobre as restaurações e requalificação, que aconteceram sobre o investimento do programa de aceleração o PAC-CH, Silva (2022), traz abordagens sobre o PAC e a restauração do tetro São Joaquim.

Mapa 2 - Localidades das restaurações cidade de Goiás



2.2.1 Mercado Municipal de Goiás

O prédio do Mercado Municipal da cidade de Goiás apresenta em sua arquitetura linhas que se enquadram no movimento neoclássico. Com materiais construtivos de alvenaria e adobe, o edifício é adornado com elementos típicos que se integram perfeitamente à versatilidade arquitetônica da cidade. Conforme relatado no monitoramento e salvamento arqueológico, o projeto originalmente previa "a construção de um único bloco de grande circulação, com varandas e arcos" (DANTAS; OLIVEIRA, 2016, p. 15).

No ano de 2014, o Mercado Municipal encontrava-se em estado de degradação, representando riscos para os frequentadores, o que justificou a necessidade de sua restauração. O plano de restauração incluiu a recuperação de quatro blocos (A, B, C e D). O bloco mais atual, onde anteriormente estava localizada a rodoviária, foi demolido e substituído por um novo edifício, adaptando seu uso para melhor atender às necessidades da população. As obras ocorreram entre outubro de 2014 e dezembro de 2016, sendo a restauração arquitetônica conduzida pela empresa BIAPO, e as pesquisas arqueológicas realizadas pela empresa Vestígio Arqueologia e Meio Ambiente, contratada pela prefeitura municipal de Goiás.

A história da construção do Mercado Municipal no contexto urbano da cidade de Goiás remonta, de acordo com Passos (2018), à lei nº 5 de 1857, que estabeleceu a criação do mercado público da capitania às margens do riacho Manoel Gomes, próximo ao Teatro São Joaquim. Em 1860, o governo de Antônio Manoel de Aragão e Melo construiu um edifício de pedra nas margens do Rio Vermelho, destinando-o ao mercado público de Goiás velho. No entanto, foi com João Bonifácio G. de Siqueira que se obteve um amplo espaço para abrigar o mercado municipal, datado de 1864, resultado de uma herança adquirida por Altino José de Artiaga. Este último sublocou a Capela de São Francisco para acomodar os comerciantes. Em 1926, um novo edifício foi inaugurado;

O governo Gama Cerqueira adquire e adapta um edifício próprio para o mercado, às margens do córrego Manoel Gomes, nas circunvizinhanças do Teatro São Joaquim. Em 1860 toma posse o governador Antônio Manoel de Aragão e Melo que constrói um trecho do cais de pedra do Rio Vermelho. Mas foi o Dr. João Bonifácio G. de Siqueira quem dotou Goiás

do amplo prédio para o mercado, em 1864, adquirindo-o da herança de Altino José de Artiaga e sublocando para completá-lo um sobrado fronteiro pertencente à capela de São Francisco, onde se alojavam os comerciantes. Em 01/11/1926 o intendente municipal Agenor de Castro inaugurou o novo Mercado municipal (REIS CF, 1979 apud PASSOS, 2018, p. 287-288).

As figuras abaixo mostram o mercado municipal antes e após a restauração e requalificação.

Figura 1 – Mercado municipal de Goiás antes da requalificação



Fonte: IBGE, Autor desconhecido.

Figura 2 – Mercado municipal de Goiás inserido na paisagem espacial e arquitetônica do Mercado Municipal na década de 1960 antes da requalificação



Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 105

Figura 3 – Mercado municipal de Goiás após restauração



Fonte: IPHAN, 2014

A figura 4 abaixo apresenta uma amostra do trabalho arqueológico da obra do mercado municipal, no projeto restauração e requalificação.

Figura 4 – Escavação no Mercado municipal de Goiás, restauração e requalificação.



Fonte: arquivo da autora, 2014.

2.2.1.1 Ações Educativas

O projeto de monitoramento e salvamento arqueológico da restauração e requalificação do Mercado Municipal da cidade de Goiás teve início com a licença de número 01516.002504/2014-21. De acordo com o relatório, as atividades educativas relacionadas ao Mercado Municipal ocorreram no canteiro de obras⁸ e envolveram a classe trabalhadora contratada para auxiliar nas atividades, frequentadores locais do espaço físico e alunos do curso de edificação da IFG. Nesse contexto, essas ações transmitiram informações acerca do contexto histórico do local por meio da oralidade.

Dessa forma, acredita-se que as atividades educativas desempenharam um importante papel ao "mediar o diálogo e as tensões de um espaço intensamente utilizado, não se tratando de despertar a consciência para as

⁸ Segundo o portfólio da Biapó, em 2003 a 2006 na obra de restauração da igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Pirenópolis-Go, surge nesta obra o projeto Canteiro Aberto, da qual buscava a comunidade local acompanhar passo a passo, as etapas das restaurações através de exposições ao som de concertos musicais. Sendo uma oportunidade dos moradores vivenciarem o processo de restauro, motivando os moradores a identificar e observar o trabalho ter uma relação de responsabilidade ao patrimônio.

questões da preservação, uma vez que essa compreensão já estava presente nesse contexto" (DANTAS; OLIVEIRA, 2016, p. 186).

2.2.2 Casarão da prefeitura

As obras de restauração e requalificação ocorridas no Casarão da Prefeitura tinham o propósito de proporcionar às gestões executivas locais um espaço de qualidade tanto para acomodar a população quanto para servir de sede digna aos seus servidores. Dessa forma, o objetivo da restauração não se limitava apenas ao restauro do edifício, mas também visava à requalificação do espaço e à transformação estética de suas formas. Foi um processo de integração em que a arqueologia e a arquitetura identificaram os valores sociais e culturais que poderiam ser resgatados.

A pesquisa arqueológica nesse projeto tinha como objetivo investigar as informações e os processos de ocupação que ocorreram ao longo dos anos. As obras foram realizadas entre 2016 e 2018, pelo programa "Agora, é Avançar" do Governo Federal, que permitiu a completa requalificação do espaço e sua reestruturação. De acordo com o Iphan (2018), o Programa estava dividido em três linhas: "Avançar", com um investimento público de mais de R\$ 42 bilhões e seis mil projetos, sendo que a prefeitura de Goiás foi contemplada com a iniciativa "Avançar Cidades".

O Casarão que abriga a Prefeitura de Goiás foi construído entre 1911 e 1913, algumas décadas após a promulgação da República, que ocorreu em 1891 e concedeu autonomia aos municípios. Antes disso, a administração municipal estava a cargo do Intendente Municipal, e essa prática continuou até 1932, quando a administração passou a ser chefiada pela prefeitura. Diante desse contexto,

O Casarão da Prefeitura, por sua vez, apresenta elementos históricos, principalmente no detalhe da fachada e na estrutura do edifício, que apresenta tipo construído conhecido como gaiola de madeira. A edificação apresenta um porão e um sótão, sendo que as paredes dão início no porão, se estendendo até as tesouras localizadas no sótão. De acordo com o Memorial Descritivo da obra, o edifício já passou por pelo menos três reformas, estas são datadas de: 1913, quando a sede da prefeitura é transferida para esta edificação e em 1930 e 1953 (DANTAS, 2016, p. 38-39).

Figura 5 – Casarão da prefeitura de Goiás



Autor: Tiago Ramires, 2017.

Com o passar dos anos, a edificação sofreu diversas modificações até assumir a configuração que apresentava antes do processo de restauração e requalificação. Contudo, o imóvel da Prefeitura já não conseguia mais atender às demandas atuais, uma vez que sua estrutura original não oferecia a salubridade, segurança e acessibilidade necessárias para o local.

2.2.2.1 Ações educativas

Nas análises realizadas referentes às obras do casarão da prefeitura, conforme o relatório de monitoramento e resgate arqueológico, não fazem menções à educação patrimonial, nem tampouco fornecem informações sobre ações específicas relacionadas ao tema pesquisado.

2.2.3 Diocese da cidade de Goiás

O prédio onde se encontra a atual Diocese da cidade de Goiás está localizado na Rua Joaquim Rodrigues. Foi construído entre 1828 e 1830 com finalidades religiosas. Sua restauração e a instalação do arquivo diocesano

ocorreram em 2016. A construção está situada na área tombada da cidade como um conjunto urbano desde 1978, de acordo com o processo nº 345-T-42. Foi inscrito em 18/09/78 no Livro do Tombo das Belas Artes (vol. I, fls. 97, nº 529), no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (fls. 17, nº 73) e no Livro do Tombo Histórico (vol. I, fls. 78, nº 463).

No que diz respeito à Diocese de Goiás, suas obras começaram em seis de julho de dois mil e quinze. De acordo com o relatório de resgate e monitoramento arqueológico da requalificação e instalação do arquivo diocesano, a obra teve como finalidade as pavimentações e alocar o arquivo diocesano.

Figura 6 – Interior da fachada Arquivo Diocesano cidade de Goiás



Fonte: IPHAN, 2016.

2.2.3.1 Ações educativas

Conforme relatório final da pesquisa arqueológica, no caso da diocese houve ausência de ações educativas, devido à escassez de verbas destinadas a essa finalidade. Existe uma afirmação que tenha ocorrido ações educativas em conjuntos com os programas das construtoras responsáveis pelas obras, porém não encontramos evidências nos relatórios sobre quais foram essas ações e quais públicos foram envolvidos.

2.2.4 Escola Veiga Valle

A Escola de Artes Plásticas Veiga Valle, na cidade de Goiás, foi restaurada pela empresa Construtora Amazonas Comércio e Indústria LTDA, sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan). A obra foi entregue em 2015. A Escola Veiga Valle é parte do conjunto tombado e é de grande importância para os vilaboenses. A obra teve como objetivo o reordenamento das atividades que ocorriam no decorrer das aulas no local, bem como a acomodação da direção e da copa no bloco que abrigava a delegacia de polícia nos anos 1930. Assim, foi construído um novo anexo com a permissão do Iphan para receber as salas de música e de modelagem.

O prédio Veiga Valle está localizado na Av. Hermógenes Coelho. É uma Escola de Artes Plásticas que possui características arquitetônicas referentes ao período colonial, com estilo regional. Entretanto, as três habitações que fazem parte de sua adjacência estão vinculadas ao século XIX, onde são oferecidos alguns cursos, dentre eles podemos destacar os de escultura, pintura, gravura e desenho. A referência do nome da escola é uma homenagem ao artista plástico José Joaquim da Veiga Valle, o famoso escultor goiano que produziu artes sacras para a cidade de Goiás e outras cidades goianas. Em sua trajetória de funcionamento, o prédio teve diversas utilidades, como casa de família, delegacia e clube de recreação. Passou por algumas intervenções em 1983 e 1987, sendo a última nos anos de 2014 a 2016.

De acordo com os contextos históricos de uso do imóvel, destaca-se que, originalmente, serviu como residência para a família de Abílio de Castro. Além desta, outra família que residiu nesta residência foi a do Dr. Brasil Ramos Caiado. Ainda, mesmo antes do bem arquitetônico ser usado como Escola de Artes Plásticas, também foi Delegacia de Polícia, na década de 1930, e foi abrigo de um clube recreativo denominado “Panela de Pressão” (DANTAS & OLIVEIRA, 2016, p. 26).

Figura 7 – Fachada da Escola de Artes Plásticas Veiga Valle



Fonte: João Mariano Valadares Neto / Acervo (Iphan-GO).

2.2.4.1 Ações educativas

Segundo o relatório, a equipe de arqueólogos trabalhou com algumas ações pontuais, incluindo duas formas de ação: duas exposições com o material arqueológico da escavação. Uma ocorreu durante a inauguração da Escola Veiga Valle e a outra durante a visita guiada dos alunos de arquitetura da UEG.

Os motivos para essas ações foram promover o diálogo entre os profissionais de arqueologia e os futuros arquitetos, desempenhando o papel de intermediário dos bens culturais para esse público, uma experiência que envolve um patrimônio cultural cujo espaço é um importante marco na história de Vila Boa. Além disso,

A coordenação da pesquisa arqueológica realizou a visita guiada do grupo de alunos da arquitetura da UEG. Os alunos visitaram a escavação arqueológica. Nesta atividade o tema da inserção da pesquisa arqueológica em projetos de restauração foi debatido pelos profissionais envolvidos na requalificação (DANTAS, 2015, p. 95).

O objetivo era dialogar com novos profissionais, tornando-os sensibilizados com os assuntos do patrimônio arqueológico local. Isso se deve ao

fato de que, em algumas situações, é interessante dimensionar a importância da arqueologia, pois alguns profissionais podem não ter experiência para lidar com os aspectos culturais arqueológicos. Portanto, é fundamental dialogar com esse grupo de alunos para que ocorra essa sensibilização e um diálogo entre os profissionais que estão presentes nas restaurações, sejam arquitetos, engenheiros, historiadores ou arqueólogos. Além disso, existe a necessidade de dialogar com mais segmentos da sociedade vilaboense para que compreendam a importância dos bens arqueológicos.

Figura 8 – Ações de extroversão no Veiga Valle



Fonte: Relatório da restauração da escola Veiga Valle.

2.2.5 Teatro São Joaquim

Devido à precariedade do edifício do Cine Teatro São Joaquim e ao fato de que sua arquitetura não estava de acordo com os demais conjuntos arquitetônicos da cidade, além de instalações que não atendiam aos padrões necessários para uma demanda de eventos culturais, o prédio foi demolido e reconstruído de acordo com a arquitetura local, conforme informou o Iphan (2017).

Observa-se, então, que a requalificação dos centros históricos está relacionada com a produção de um espaço criado para receber turistas a partir da venda da sua imagem, ou seja, a manutenção e preservação desses espaços como fonte de renda. A partir disso, pode-se visualizar o processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim: tratava-se de um prédio situado no Centro Histórico da cidade de Goiás, mas que apresentava uma construção com características modernas, que divergiam do entorno. Assim, compreende-se que a requalificação dessa edificação tinha como proposta, de forma implícita, a adaptação para a venda da imagem de um centro com aspectos unicamente coloniais (SILVA, 2022, p. 71)

A obra foi realizada pela Construtora Marsou Engenharia LTDA, responsável pela execução do projeto, e a Prefeitura Municipal de Goiás foi encarregada da fiscalização técnica, com recursos do Governo Federal. A requalificação ocorreu entre 2015 e 2017 e enfrentou diversos desafios, incluindo a busca por uma arquitetura que harmonizasse com as demais construções locais. Além disso, a obra incorporou condições de acessibilidade universal.

A proposta de requalificação foi exposta para a comunidade local em evento público ainda quando da assinatura da ordem de serviço e todo seu desenvolvimento contou com a participação de outros segmentos culturais, gestores e parceiros do Iphan, tais como o Instituto Federal Goiano, a comissão do FICA e produtores culturais locais (IPHAN, S.P. 2017).

Figura 9 – Fachada Cine Teatro São Joaquim.



Fonte: IPHAN/Hegon Guimarães

O Teatro São Joaquim é um dos mais antigos do Centro-Oeste do Brasil e foi inaugurado em 1857 no Beco da Lapa. Em seus primeiros anos, o teatro apresentava peças dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, com a mudança da capital, o teatro entrou em um período decadente.

A Restauração do Cine Teatro São Joaquim foi à ação mais polêmica dentre as desenvolvidas pelo programa na cidade. Inicialmente fundado em 1857 em outro local, o teatro, que passou a ser nomeado Cine Anhanguera, foi transferido para o local onde se encontravam uma casa e um comércio em meados do século XX, vizinhos à sua antiga área, que foram adaptados para receber seu uso (SOUZA, 2020, p. 198).

O São Joaquim é berço de inúmeras manifestações artísticas, incluindo dança, música e cinema. Também abriga um dos eventos mais significativos da cidade de Goiás, o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA). A arquitetura original do teatro destoava das demais construções próximas e suas estruturas estavam comprometidas, tornando a demolição necessária.

O teatro está localizado na Rua Moretti Foggia, nº17. Em 2015, passou por uma requalificação com investimentos de 10,09 milhões de reais do PAC Cidades Históricas. Durante esse processo, também ocorreu um resgate arqueológico, que tinha como objetivo conhecer os bens arqueológicos relacionados a essas intervenções e proporcionar informações sobre a história do espaço revitalizado e requalificado:

O resgate arqueológico teve como objetivo principal mitigar os impactos causados pela obra, para tanto, a metodologia aplicada no resgate e monitoramento arqueológico baseou-se nas intervenções de subsuperfície do tipo sondagem sistemática, que foram realizadas para implantação das sapatas. Ainda foi realizado o acompanhamento sistemático da remoção do aterro de implantação do Cine teatro São Joaquim e a escavação das vigas entre as sapatas. (DANTAS & OLIVEIRA, 2015, p. 33)

Desta forma foi possível conhecer os bens arqueológicos proporcionados por essas intervenções, possibilitando o conhecimento sobre os bens arqueológicos do espaço revitalizado e requalificado.

2.2.5.1 Ações educativas

Esta é mais uma obra em que não houve educação patrimonial. Isso fica evidente no relatório de restauração e monitoramento arqueológico do Cine Teatro São Joaquim, que informa que não havia verbas para ações de educação patrimonial no âmbito do PAC Cidades Históricas.

2.2.6 Resultados

Apesar da falta de ações educativas explicitamente mencionadas nas obras, todas elas resultaram na coleta de vestígios arqueológicos que contribuem para contar um pouco sobre a história de ocupação desses espaços. O quadro 1 nos apresenta informações sobre a quantidade de material arqueológico resgatado nessas restaurações.

Quadro 1 - Projetos de infraestrutura ações educativas e materiais resgatados

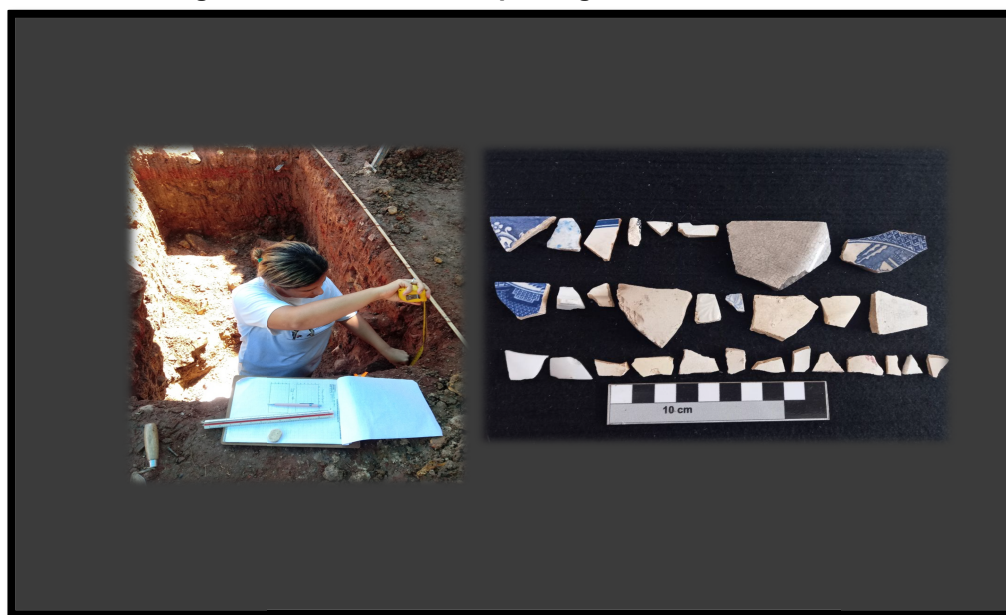
Nome do projeto	Ano	Ações educativas	Público-alvo	Vidro	Louça	Metal	Cerâmica	Osso	Total
Salvamento e Monitoramento do Mercado Municipal.	Período 2014 a 2016	Sim	Alunos, operários	2.121	1240	693	1.553	210	5628
Monitoramento e Resgate Arqueológico da Restauração do casarão da Sede da Prefeitura da cidade de Goiás	2016 a 2018	Não	Não	491	615	139	765	404	2414
Resgate e monitoramento arqueológico da requalificação - instalação do arquivo diocesano	2016	Não	Não	4.337	4.078	988	7615	3437	20455
Monitoramento e salvamento arqueológicos da escola Veiga Valle	2015	Sim	Alunos /UEG	4.769	1.478	383	1637	988	9255
Restauração e monitoramento arqueológico do cine teatro São Joaquim	2015 a 2017	Não	Não	1301	627	438	320	369	3055

Acompanhamento e resgate arqueológico das obras de implantação da rede de transporte e coleta de esgoto	2015	Sim	A população os educadores e alunos	16213	14332	8371	21685	22603	83204 ⁹
Monitoramento Arqueológico na Restauração da Fonte da Carioca	2011 a 2012	Sim	Educadores	–	–	–	–	–	*10

Fonte: compilação dos relatórios descritos acima (2022)

O material escavado é de grande importância para compreender parte da história de Vila Boa e o modo de vida das pessoas que ocupavam essas áreas. Ao contextualizá-lo, podemos obter informações relevantes para compreender nossos bens culturais e a vivência de diferentes grupos sociais, bem como seu papel na sociedade. A figura 10 ilustra o trabalho de campo e laboratório.

Figura 10 – Escavação arqueológica e acervo coletado



Fonte: arquivos da autora

Portanto, ao analisar o quadro acima, somos surpreendidos pela grande quantidade de material arqueológico escavado nas restaurações e requalificações desses espaços. Nesse contexto específico, destacamos a importância da

⁹ Material coletado no período de 2000 a 2002; 2006; 2009 a 2014 centro histórico e quintais

¹⁰ Não foi encontrado valores numéricos das peças escavadas

educação patrimonial voltada para o patrimônio arqueológico. Sabemos que a educação patrimonial pode abranger várias situações de aprendizado sobre processos culturais e manifestações, a fim de despertar o interesse das pessoas em questões relacionadas ao seu próprio patrimônio cultural e ao de seu grupo. Estamos diante de uma quantidade significativa de material arqueológico, que poderia ser exposto como parte da educação patrimonial e, portanto, consideramos essa iniciativa importante para a população de Goiás.

Reconhecer que a discussão da educação não passaria mais, necessariamente, pela questão do desconhecimento, já que a sociedade está cada vez mais engajada na preservação do patrimônio, significa trabalhar partindo de outros pressupostos de atuação: não mais a educação como redentora da preservação ou como necessária para resolver os problemas do patrimônio, mas a educação como direito social e, ainda, como o direito de promover a apropriação social do patrimônio. (SCIFONI, 2019.p.27).

A população vilaboense tem o direito de se apropriar de seus bens culturais arqueológicos. Sabemos que os bens culturais patrimoniais envolvem mais do que apenas observar uma restauração em andamento. Eles abrangem políticas públicas, a atuação dos órgãos responsáveis e o poder público. Através da educação patrimonial, podemos começar a introduzir e dar visibilidade à arqueologia urbana, trazendo benefícios relacionados ao patrimônio arqueológico da cidade de Goiás.

Educação não é solução para o patrimônio, ela é direito social e necessidade e, portanto, condição inerente à preservação uma vez que é, a partir dela, que se pode problematizar a memória oficial e o passado, as políticas públicas de preservação e reconectar as pessoas ao patrimônio. (SCIFONI, 2019.p 29)

Após a leitura e análise realizadas, pode-se perceber que as obras executadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento, PAC Cidades Históricas, tinham como objetivo valorizar os contextos históricos, sociais e culturais, assim como a ocupação dos espaços e as manifestações culturais que representam memórias e identidades de diversas regiões do território brasileiro. Essas intervenções, que afetaram o subsolo, foram planejadas para seguir um cronograma e, simultaneamente, para obter dados necessários que contribuíssem para o desenvolvimento da pesquisa.

Dentre os relatórios analisados, aqueles que se destacaram como exemplos positivos de ações de Educação Patrimonial foram o Projeto de Salvamento e Monitoramento do Mercado Municipal e o da Escola Veiga Valle. Segundo os relatórios, a equipe responsável pelas atividades relacionadas à arqueologia realizou suas ações nos canteiros de obras, interagindo com os trabalhadores e grupos de alunos. Eles também mediam ações das pessoas que se aventuravam a entrar na obra, compartilhando informações sobre o material escavado no local, promovendo a preservação da memória e da oralidade dos envolvidos. Essas ações educativas também ocorreram com grupos de alunos que frequentavam o curso técnico de edificações no Instituto Federal da cidade de Goiás.

Quanto à Educação Patrimonial relacionada à arqueologia nas obras realizadas na cidade de Goiás, é evidente que existe uma legislação específica que estabelece que toda pesquisa arqueológica requer a realização de ações de Educação Patrimonial, além de cumprir todas as exigências relacionadas a ela. No entanto, se essas obras começaram em 2014 e continuaram até 2018, e a Instrução Normativa de 2015 já estava em vigor, surge à questão de por que não foi implementada uma Educação Patrimonial adequada?

As pesquisas arqueológicas vinculadas às obras de restauração e requalificação no Estado de Goiás têm promovido ações educativas em conjunto com os programas planejados pelas construtoras, contudo o PAC Cidades Históricas não possui recursos destinados à Educação Patrimonial, portanto a presente pesquisa não realizou ações desta natureza (DANTAS, 2015, p. 104).

É fundamental ter sensibilidade para ouvir as preocupações da população vilaboense, identificar suas prioridades e planejar uma Educação Patrimonial que possa envolvê-los de maneira eficaz. Isso poderá formar cidadãos conscientes da importância da preservação de seu patrimônio histórico, reconhecendo que essas edificações fazem parte de sua história.

Logicamente, existem outros fatores que frequentemente contribuem para a ausência desse elemento nas obras de restauro. Muitas vezes, empreendedores não compreendem a importância da Educação Patrimonial e alegam falta de verba, criando um sistema que ignora esse processo. "Mesmo com

ações educativas pontuais, conforme a equipe de restauração, a equipe de arqueologia trabalhou para criar atividades de arqueologia condizentes com as ações propostas" (DANTAS; OLIVEIRA, 2016, p. 95).

Nos relatórios da obra da Diocese, nota-se que o texto segue a mesma abordagem dos demais. As pesquisas arqueológicas ligadas às obras de restauração e requalificação na cidade de Goiás foram concebidas em consonância com os programas projetados pelas construtoras. Os processos de Educação Patrimonial ocorreram de forma vinculada à engenharia civil, denominados de "canteiro aberto", com foco nas pessoas interessadas em conhecer o andamento da obra.

No entanto, ao analisar a Instrução Normativa de 2015 (Art. 45, § 4º), observa-se que as "atividades pontuais", como palestras e ações puramente promocionais, bem como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial. Portanto, surge a questão: as ações realizadas no âmbito dos projetos de restauração e requalificação de 2014 a 2018 podem ser consideradas insuficientes para um projeto de Educação Patrimonial adequado?

Chama a atenção nos relatórios de monitoramento e resgate do PAC Cidades Históricas a falta de recursos para a Educação Patrimonial. Assim, algumas das atividades de arqueologia nessas obras não contaram com a implementação de ações de Educação Patrimonial.

Não devemos esquecer que o patrimônio é composto por construções erguidas no passado e que, por meio delas, buscamos entender nossa história atual e desenvolver novas concepções sobre esses bens culturais. É importante reconhecer que, embora essa categoria possa ser, em alguns casos, motivo de conflito, é essencial abrir um debate sobre o envolvimento da comunidade no contexto do patrimônio, permitindo a participação da população na preservação de seus bens culturais locais.

A inclusão cidadã por meio de diversas ferramentas é um dos caminhos para a preservação do patrimônio, sendo uma das maneiras de lidar com esse tema por meio da educação. Se não envolvermos os indivíduos que estão presentes em projetos de restauração ou requalificação, como os moradores da

cidade, corremos o risco de enfrentar novos questionamentos em futuras iniciativas desse tipo, como o porquê da arqueologia em obras de restauração ou requalificação.

No que diz respeito à restauração e requalificação do Teatro São Joaquim, o discurso relacionado à Educação Patrimonial é semelhante ao dos demais relatórios: a ausência de Educação Patrimonial devido à falta de recursos. No entanto, ao analisar a apresentação do relatório de monitoramento e salvamento do Teatro São Joaquim, observa-se uma ênfase nos aspectos educativos do programa de aceleração,

O Programa de Aceleração do Crescimento, mais conhecido como PAC Cidades Históricas, é o responsável por promover as recentes obras de restauração requalificação na cidade Goiás, tais como: Restauração e Requalificação da Escola de Artes Veiga Valle; Restauração e Requalificação do Mercado Municipal; Requalificação da Sede da Diocese – Instalação do Arquivo Diocesano; Entre outras. **Tais obras visam valorização cultural e educativa.** (DANTAS & OLIVEIRA, 2015, p. 9 grifo meu)

Como podemos adotar um discurso de que essas obras tinham o intuito de promover a valorização cultural e educativa, enquanto o mesmo relatório indica a falta de verba para a realização de ações educativas relacionadas ao patrimônio?

As pesquisas arqueológicas vinculadas às obras de restauração e requalificação no estado de Goiás têm promovido ações educativas em conjunto com os programas planejados pelas construtoras, contudo o PAC Cidades Históricas não possui recursos destinados à Educação Patrimonial, portanto a presente pesquisa não poderá realizar ações desta natureza (DANTAS & OLIVEIRA, 2015, p. 85)

Os processos envolvendo a educação patrimonial são fundamentais para a aquisição de conhecimento. A partir desse conhecimento dos bens culturais, teremos fontes de informação sobre a organização das relações sociais e seu contexto histórico como objetos de estudo, revelando seu significado para a sociedade que os criou. Assim, um simples objeto, uma edificação, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação popular ou, no caso em questão, um fragmento cerâmico de um sítio arqueológico, contarão uma história que todos os cidadãos têm o direito de conhecer.

No próximo item, estabelecemos um paralelo entre as obras analisadas nesta pesquisa, financiadas pelo PAC, e mais duas obras realizadas em ocasiões anteriores, selecionadas por terem incluído a educação patrimonial.

2.3 Obras de transporte e coleta de esgoto (Saneago) e obra de restauração Fonte da Carioca

Neste tópico, serão analisadas duas obras de projetos anteriores que ocorreram na cidade de Goiás, buscando um comparativo com as obras realizadas no PAC em relação à preocupação com o acesso da população às informações relacionadas ao patrimônio arqueológico.

O "relatório de acompanhamento e resgate arqueológico das obras de implantação da rede de transporte e coleta de esgoto da cidade de Goiás", datado de 2015, traz em seu escopo uma Educação Patrimonial voltada para promover a relação das pesquisas junto aos cidadãos vilaboenses:

Uma das preocupações da equipe envolvida no projeto de resgate arqueológico das obras de implantação da rede de esgoto da cidade de Goiás é promover a interação entre a pesquisa e a comunidade, transformando-a num elemento dinâmico (TEDESCO, 2015, p.185).

Calcada na vertente da arqueologia histórica urbana, ocorreu então a aproximação com a população, uma vez que as escavações realizadas de 2000 a 2014 – mesmo com algumas paralisações em 2003 e 2008 – foram executadas nas ruas da cidade de Goiás, fator essencial para a troca de conhecimentos. Diante disso, fortaleceram-se os laços com a sociedade, com convites para visitas ao laboratório e às reservas técnicas, permitindo que a população conhecesse parte do acervo resguardado. Além disso, houve um "diálogo diário com a população em campo, e exposições arqueológicas ocorreram em 2001 no Palácio Conde dos Arcos Conde e no Banco do Brasil" (TEDESCO, 2015, p. 188).

No âmbito do trabalho educativo, foram produzidos postais com material arqueológico para distribuição em artesanatos e papelarias, com foco no turismo. Para contribuir com a preservação, foram planejadas várias estratégias para a Educação Patrimonial, incluindo palestras para alunos de escolas públicas e visitas da comunidade escolar, da população em geral e de turistas ao espaço do Núcleo

de Arqueologia. Essas ações visavam transmitir à população os dados obtidos nas escavações, incluindo diversos vestígios da cultura negra encontrados no sítio de Goiás e divulgações da pesquisa em eventos.

Em outra obra realizada na cidade, que foi escolhida para comparação com as realizadas pelo PAC e na qual ocorreu a Educação Patrimonial, destacou-se o monitoramento arqueológico na restauração da Fonte da Carioca. No que diz respeito a essa restauração, as atividades de Educação Patrimonial foram planejadas com o objetivo de estabelecer um diálogo com a sociedade, o que poderia resultar em um maior reconhecimento do patrimônio cultural por parte da população. Esse processo envolveu a participação de um arqueólogo em conjunto com outras áreas de conhecimento relacionadas ao patrimônio cultural, incentivando os indivíduos a refletirem sobre a valorização e apropriação de suas heranças culturais. São essas as ações que deveriam ter ocorrido nas obras do PAC, a fim de envolver a população de Goiás nos assuntos relacionados aos bens patrimoniais, sem negar esse direito.

No decorrer desta Educação Patrimonial realizada na Fonte da Carioca, a equipe de pesquisadores desenvolveu um trabalho estruturado, proporcionando aos envolvidos uma nova perspectiva sobre o que estava em destaque naquele momento, integrando a sociedade ao conhecimento das políticas de preservação do patrimônio. As ações envolveram um público-alvo composto por 32 profissionais educadores da cidade de Goiás, que participaram em um espaço cultural, a Vila Esperança, com o intuito de formar multiplicadores do conhecimento na área do patrimônio cultural. Essa etapa foi denominada como um curso, dividido em módulos. A primeira parte do conteúdo abordou aspectos antropológicos, enquanto o segundo módulo focou no patrimônio arqueológico.

O terceiro momento abordou temas como Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Legislação. Cada estágio do curso teve uma duração de quatro horas. Além disso, algumas atividades ocorreram no local onde a obra de restauração estava acontecendo, permitindo que os participantes vivenciassem o que estavam aprendendo durante o curso, aproximando-os de um sítio arqueológico em atividade e apresentando a escavação.

Os Bens Culturais vão além de serem apenas um conjunto de objetos antigos que sobreviveram ao longo do tempo. O patrimônio cultural desempenha

um papel fundamental na projeção da continuidade histórica de cada povo e envolve todas as representações e concepções que carregamos, mesmo quando envolvem conflitos. A Educação Patrimonial serve como base para uma compreensão aprimorada da construção de identidades e do senso de pertencimento a um grupo social. É essencial conscientizar a população sobre a importância do patrimônio arqueológico, bem como outros tipos de patrimônio. É necessário ir além das edificações, casarões e praças; os bens arqueológicos também devem ser cuidados e preservados. Eles estão intrinsecamente ligados à história do local, gerando um sentimento de pertencimento do patrimônio à coletividade, por meio do diálogo entre a sociedade, os órgãos responsáveis e o poder público.

Ao fortalecer os laços culturais identitários, individual e coletivamente, fomentamos o diálogo entre a comunidade e as autoridades encarregadas de identificar e proteger os patrimônios culturais. Isso também aumenta a divulgação de informações sobre os bens culturais. As ações de Educação Patrimonial devem ser baseadas em procedimentos sociais e integradas aos cenários culturais, com o objetivo de fortalecer os laços das comunidades com seu patrimônio e ampliar as possibilidades de sua preservação.

É importante observar que, de acordo com o relatório da Controladoria Geral, essas restaurações e requalificações, como as do Mercado Municipal, do Teatro São Joaquim, da Escola de Artes Veiga Valle, do Casarão da Prefeitura e da Diocese, juntamente com a instalação do Arquivo Diocesano, são obras que passaram por esse processo com o propósito de melhorar as condições turísticas da cidade.

A cidade de Goiás possui todas as condições citadas acima. Ademais, passaram ou estão passando por intervenções edifícios de uso público e ponte localizados dentro do perímetro urbano tombado. Vale destacar que a restauração e requalificação do Mercado Municipal, a requalificação do Cine Teatro São Joaquim, a restauração da Escola de Artes Veiga Valle, requalificação da Ponte Cambaúba, restauração do Casarão da Prefeitura e Restauração da Diocese e instalação do Arquivo Diocesano são obras mais voltadas para o melhoramento das condições turísticas da cidade, o que é também um dos objetivos do PAC CH. (CONTROLADORIA, 2022, p. 8)

Portanto, é essencial que sejamos sensíveis à sociedade vilaboense e estejamos atentos ao que os moradores dizem, uma vez que em seus discursos, são notáveis as declarações das necessidades dos cidadãos em relação ao patrimônio da cidade de Goiás. Nesse contexto, a pesquisa realizada, com base na experiência e nos dados analisados e coletados nos relatórios de monitoramento e salvamento arqueológico dessas restaurações e requalificações, revela que a educação patrimonial está longe de atender às demandas teóricas por meio de práticas mais dialógicas, o que poderia promover uma mudança significativa na percepção existente quando se trata dos bens patrimoniais da cidade de Goiás.

A sociedade carece de conhecimento sobre a importância do patrimônio arqueológico e de outros tipos de patrimônio. Precisamos ir além das edificações, casarões e praças; os bens arqueológicos também precisam ser cuidados e preservados. Eles estão intrinsecamente ligados à história do local, gerando um sentimento de pertencimento do patrimônio à coletividade, por meio do diálogo entre a sociedade, os órgãos responsáveis e o poder público.

No próximo capítulo, abordaremos o material proposto como produto desta pesquisa, que consiste em um kit didático e um manual com informações sobre vários aspectos do patrimônio arqueológico em Goiás.

3. KIT ARQUEOLOGICO DE APOIO A APRENDIZAGEM

Este capítulo destina-se à apresentação do material elaborado como instrumento educacional, que possibilita uma compreensão dialética e educativa do patrimônio arqueológico da cidade de Goiás, com o objetivo primordial de contribuir para ações que envolvam assuntos relacionados ao patrimônio local.

O patrimônio arqueológico do Brasil é composto por sítios arqueológicos e coleções relacionadas à arqueologia, e na cidade de Goiás não é diferente. Através dos bens arqueológicos, podemos conhecer as técnicas utilizadas por nossos antepassados e como a pesquisa se relaciona com questões arqueológicas, o que justificou a elaboração do manual.

Desde o início, ressaltamos a importância do sítio arqueológico que é a cidade de Goiás, contribuindo para a construção da história do povoamento de Vila Boa, antiga capital do estado, que surgiu no cenário do Brasil em 1727, durante o período colonial. Com sua arquitetura vernacular, suas casas de pau a pique e adobe, e suas ruas de pedra construídas pelas mãos daqueles que muitas vezes foram silenciados. No entanto, através da arqueologia, podemos dar voz a esses grupos, por meio do estudo da cultura material arqueológica, que nos conta parte de sua história.

O kit de apoio foi desenvolvido como um produto educacional no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação (PROMEP) da UEG, como parte integrante do relatório técnico. O "Manual de Atividades de Educação para o Patrimônio: Um Caso sobre Goiás" tem como objetivo servir como uma ferramenta de apoio para promover uma compreensão reflexiva do patrimônio arqueológico. Isso permitirá que os professores da Escola Asas de Liberdade e outros educadores tenham mais uma fonte de interação com o patrimônio, com base no enfoque da Educação Patrimonial.

Partindo da ideia de que a educação é um processo dialógico no qual as comunidades devem estar envolvidas nos processos educacionais que ocorrem nas cidades, este manual representa uma das formas de continuar a preservação do nosso patrimônio. Cada indivíduo precisa se sentir conectado às suas vivências e ao meio social, bem como aos bens culturais locais. O manual de apoio pode

criar essa conexão, trazendo à tona elementos que pertencem à cidade de Goiás e à sua herança cultural, permitindo um novo olhar sobre o conhecimento que envolve nossas histórias.

A proposta inicial era elaborar um catálogo com as peças resgatadas nas restaurações e requalificações do acervo resultante das pesquisas realizadas na cidade no período de 2014 a 2018. Entretanto, devido ao fato de o acervo ainda não estar completamente disponível na instituição de salvaguarda (NARQ-UEG), foi necessário reformular o conteúdo do produto. Agora, o foco é nos professores, de modo que eles possam se tornar agentes multiplicadores do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico da cidade de Goiás.

Dentro do material de apoio, optou-se por incluir um registro fotográfico de parte do acervo encontrado na cidade de Goiás, localizado na Rua Hugo Ramos. Essa escolha se baseou no fato de que essa rua é onde está localizada a escola Asas de Liberdade, à qual o produto se destina. Os materiais escolhidos e fotografados estão no NARQ-UEG e foram resgatados pela equipe de pesquisadores durante o projeto da SANEAGO, nos anos 2000.

De acordo com o relatório consolidado de 2015 do "Projeto de Acompanhamento e Resgate Arqueológico das Obras de Implementação da Rede de Transporte e Coleta de Esgoto da cidade de Goiás, Portaria número 4, Processo 01516.000195/2005-63", o material coletado no centro histórico de Goiás, na Rua Hugo Ramos, consiste em um total de 556 peças, classificadas da seguinte forma: cerâmicas (171), cerâmicas vidradas (3), louça (96), vidros (84), metal (41) e ossos (161). Parte desse material foi fotografada, e as peças escolhidas para a documentação fazem parte do acervo do Núcleo de Arqueologia. A escolha baseou-se em artefatos que são mais comuns no cotidiano da população e em peças que apresentam algum tipo de decoração ou apliques¹¹.

No manual, apresentamos a história de Goiás e algumas metodologias que os educadores podem aplicar para construir o conhecimento patrimonial

¹¹ Técnica decorativa plástica na qual as porções de argila são modeladas de várias formas sejam pequenos filetes e botões ou figuras mais volumosas, que são fixados à superfície da vasilha por pressão e alisamento. O aplique pode ser fixado em diferentes partes da vasilha: borda, parede, flange, etc. A fixação geralmente é feita sobre a superfície preparada com ranhuras para melhor adesão, e com a pasta ainda úmida. Quase todos os complexos cerâmicos amazônicos apresentam apliques, sendo muito comuns nas cerâmicas Pocó-Açutuba, Borda-Incisa/Barrancoide e Inciso-Pontead.

arqueológico. Além disso, oferecemos sugestões de atividades para desenvolver o senso crítico dos alunos e incentivar seu envolvimento como multiplicadores na defesa e preservação dos bens culturais de Goiás. Com o intuito de abordar as questões em pauta, incluímos neste material algumas peças encontradas nos processos de escavação em campo.

O manual foi disponibilizado para a Escola Asas de Liberdade, que está localizada na cidade de Goiás, com o objetivo de fornecer informações sobre o patrimônio cultural arqueológico aos educadores. A escolha dessa escola se deu, em parte, devido à forte conexão existente com a instituição e à admiração pelas políticas educacionais nela praticadas. Durante conversas com o grupo de professores e a direção, eles demonstraram entusiasmo em receber o manual, pois enfrentavam desafios na implementação de atividades de educação patrimonial com os alunos do agrupamento escolar. Assim, decidimos apoiar o projeto de educação da escola, levando esse produto para que eles pudessem aprender como introduzir os bens arqueológicos da cidade de Goiás.

Além do manual, também foi confeccionada uma caixa arqueológica contendo uma maquete que representa uma cena de um sítio arqueológico (abrigo). Essa caixa inclui algumas figuras representativas dos povos originários das Américas, em busca de alimentação. O abrigo contém pinturas rupestres e vasilhames. O objetivo da caixa é inspirar os professores a continuar o trabalho, criando outras caixas com diversos bens culturais, desde patrimônio edificado até bens imateriais. Isso permitirá a desconstrução de mitos de origem de Goiás e dar voz aos silenciados, como os negros que fizeram parte da sociedade de Vila Boa, entre outros. A caixa é uma ferramenta para promover discussões educacionais mais amplas. As imagens abaixo ilustram como esses materiais foram criados.

Figura 11 – Confeção de indígenas



Fonte: arquivos da autora

Figura 12 – Confeção de indígenas seus utensílios



Fonte: arquivos da autora

Figura 13 – confecção do abrigo



Fonte: arquivos da autora

Figura 14 – caixa didática



Fonte: arquivos da autora

Figura 15 – Cenas do abrigo.



Fonte: arquivos da autora

3.1 Formato definido

O produto foi concebido como uma ferramenta para compor o processo de aprendizagem, contribuindo e fazendo referências aos assuntos que abrangem o patrimônio cultural de forma geral e, em específico, o arqueológico. Isso permitirá que os educadores compreendam e, através desse conhecimento, possam se tornar multiplicadores, compartilhando informações com seus alunos, mostrando que o patrimônio vai além do título, ou seja, entendendo o que significa preservação.

O acesso a essa pesquisa é necessário para obter conhecimento sobre a história de Goiás. Este produto serve como uma ferramenta auxiliar para uma melhor compreensão dessa realidade que é o patrimônio da antiga Vila Boa. Não que os grupos de educadores não estejam cientes de sua história, mas a arqueologia pode revelar parte da história que ainda não conhecemos ou mesmo confirmar o que já sabíamos de alguma forma.

A elaboração deste kit de apoio tem o objetivo de, além de disseminar o conhecimento, divulgar parte do patrimônio arqueológico da cidade de Goiás. Apresentamos conceitos sobre educação patrimonial e bens arqueológicos. Ao compartilhar o conhecimento produzido nas pesquisas realizadas, esperamos promover a adoção de atitudes diferentes em prol do patrimônio local, permitindo que abordagens distintas sejam consideradas em relação à preservação do patrimônio de Vila Boa.

O material de apoio é composto por textos sobre os assuntos do patrimônio, fotos de algumas edificações e de peças de objetos arqueológicos sob a guarda do NARQ-UEG, que foram coletados em obras ocorridas na cidade de Goiás. No corpo do texto, selecionamos algumas peças para fornecer ao leitor uma pequena amostra do que ele encontrará no local de salvaguarda e dos bens arqueológicos da cidade de Goiás. Isso poderá despertar ou fortalecer o sentimento de pertencimento ao relacionar o local de aplicação do produto com o local onde os vestígios arqueológicos presentes foram escavados.

As figuras dos objetos selecionados são acompanhadas de pequenas inscrições em forma de legendas, contendo informações importantes para o entendimento do acervo. Isso contribui para a preservação do patrimônio arqueológico e de nossas memórias. Para a seleção desse material, foram adotados procedimentos que incluíram visitas ao Núcleo de Arqueologia e a abertura de caixas nas quais estão depositados os artefatos arqueológicos. Foram escolhidos e fotografados os artefatos mais significativos, visando facilitar a compreensão do leitor.

Como parte do kit arqueológico, além do manual de apoio ao professor, temos uma caixa arqueológica, que é parte integrante desse kit. A caixa foi confeccionada a partir de uma caixa de papelão para facilitar o acesso ao material. Na parte externa da caixa, há letras de E.V.A., que são facilmente encontradas em papelerias e foram necessárias para criar as inscrições.

Na parte interna da caixa, utilizamos argilas e pedras para compor o abrigo, pinturas acrílicas para criar as gravuras rupestres e materiais como argila e biscuit para confeccionar os indígenas e o animal. As árvores são feitas de material plástico. Todos esses materiais foram selecionados com o intuito de facilitar a

produção da maquete, tanto para os professores quanto para os alunos, permitindo que encontrem o material com facilidade.

O objetivo didático dessa caixa é levar o bem arqueológico para a sala de aula, na forma de um abrigo. Os professores e os alunos, trabalhando juntos com essa caixa, poderão criar outras caixas em diferentes contextos, abordando diversos temas relacionados ao patrimônio da cidade de Goiás.

3.2 Público-participante

Neste item, além de envolver o público-participante dessa pesquisa, procuramos apresentar a história completa da escola Asa de Liberdade. O público-alvo de nossa pesquisa são os professores da escola Asas de Liberdade e educadores da cidade de Goiás.

3.2.1 Escola Asa de Liberdade ¹²

A Associação Centro Cultural Quilombo foi idealizada por Antonella Barreto, nascida na Itália, na cidade de Milão. Em 1993, veio para o Brasil com o propósito de pesquisar as comunidades e cooperativas existentes nos bairros periféricos das grandes cidades do país. Em Goiás, conheceu os monges beneditinos de Marcelo Barros e assentamentos ligados à diocese de Dom Tomaz Balduino. Ao tomar conhecimento da realidade da cidade e dos problemas enfrentados por essas comunidades, como a falta de conhecimento e a incapacidade de leitura e escrita de seus próprios nomes, ela sentiu certa inquietação. Essa inquietação se transformou em algo que daria origem à Associação Centro Cultural Quilombo, fundada em 1994 em Goiás.

A Associação tinha como objetivo combater a falta de conhecimento formal e cultural que afetava a população de Goiás. Acreditava que a educação é fundamental para estabelecer uma conexão social na população de Vila Boa,

¹² O nome da escola está ligado à experiência de liberdade vivida pelos seres humanos nos Quilombos, liberdade ligada à dignidade, que nasce no momento de se apropriarem da própria história, da própria cultura e da própria religiosidade.

visando a apropriação do patrimônio cultural, que é de todos. Atualmente, o principal projeto da Associação é a Escola Asas de Liberdade, localizada na Rua Hugo Ramos nº 29, no setor Centro, próximo ao bairro Alto Santana, popularmente conhecido como "Chupa Osso".

A Escola Infantil e Fundamental "Asas de Liberdade" foi fundada em 2000 dentro da Associação Centro Cultural Quilombo. Desde o início, a educação foi planejada para melhorar a qualidade de vida dos alunos em todos os aspectos. A Escola Infantil surgiu após cinco anos de atuação na área de educação, com foco em adultos, adolescentes e crianças analfabetas.

Em 2005, a escola passou a contar com o apoio financeiro da Associação Amici Del Quilombo, da família Acquati e de amigos de uma escola de Bellusco, de origem italiana. A escola foi criada para atender crianças carentes, mas ao longo dos anos, pessoas com condições econômicas mais estáveis começaram a procurar a escola para matricular seus filhos. Isso levou a uma mudança no estatuto da escola, permitindo que pais com emprego e renda paguem mensalidades, enquanto pais de baixa renda recebem isenções ou pagam um valor percentual de acordo com suas possibilidades, graças ao apoio da Onlus Amici del Quilombo.

O quadro de funcionários da escola atualmente é composto por 07 profissionais, incluindo 02 serviços gerais e o restante com formação em Pedagogia. Dois deles são especializados em Psicopedagogia, e dois em Educação Infantil e anos iniciais. Há também um professor de Libras e um professor de música.

Figura 16 – Fachada da escolas Asas de Liberdade



Fonte: arquivos da autora

Atualmente, a escola atende crianças desde o maternal até o 2º ano do ensino fundamental. A proposta do produto foi desenvolvida especificamente para um grupo de educadores da escola Asas de Liberdade (Quilombinho) na cidade de Goiás. Nesse sentido, o público-alvo do produto é representado pelos educadores dos pequenos estudantes, que terão em mãos o material didático. Consideramos os educadores como agentes multiplicadores desse tipo de material. Como mencionado anteriormente, este manual estará disponível na biblioteca da escola, na UEG e no Núcleo de Arqueologia.

3.3 O impacto esperado

A partir desta pesquisa, almeja-se contribuir para o enriquecimento do conhecimento dos professores do "Quilombinho" no que diz respeito à inclusão do patrimônio cultural arqueológico da cidade como parte integrante de seu patrimônio. Dessa forma, busca-se proporcionar à nossa população uma visão mais favorável em relação aos tópicos relacionados ao patrimônio arqueológico de Goiás.

Este kit didático visa ser uma valiosa fonte de aprendizado, incorporando as experiências adquiridas através da vivência e das atividades escolares. Ele explorará o significado representado pelos objetos descobertos em escavações,

revelando a possibilidade de nos tornarmos os autores de nossa própria história, à medida que contamos as narrativas que esses objetos carregam de seu passado, fornecendo uma fonte rica de conhecimento.

O impacto mais significativo está, primeiramente, ligado ao patrimônio de natureza tangível, uma vez que nos apresenta o patrimônio na forma de objetos. Isso despertará o interesse social em relação aos assuntos relacionados ao patrimônio, proporcionando um contexto que permitirá que escolas e educadores atuem como mediadores multidisciplinares do conhecimento sobre o patrimônio cultural e arqueológico da cidade de Goiás. Além disso, espera-se que este material inaugure uma vasta jornada pelos caminhos dos bens arqueológicos de Goiás.

4. PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

Aqui se fundamenta como utilizar o manual. O objetivo é disponibilizar subsídios para os educadores locais da Escola Asas de Liberdade (Quilombinho) da cidade de Goiás, visando o uso e a aquisição dos saberes nele impressos. Além disso, indicamos como, a partir do manual, é possível realizar trocas de conhecimento com a comunidade local, ou seja, com o grupo de alunos da escola.

A proposta deste produto é alcançar o público docente da cidade de Goiás, começando por um grupo específico, que são os professores da Escola Asas de Liberdade. O material aborda o patrimônio arqueológico vilaboense, e esperamos formar cidadãos atuantes, capazes de serem críticos e reflexivos em relação ao patrimônio, por meio da Educação Patrimonial. Isso se dará por meio de um manual intitulado: "Manual de Atividades de Educação para o Patrimônio: um Caso sobre Goiás".

Com uma linguagem acessível, visando a fácil compreensão, buscamos sensibilizar e oferecer sugestões que possibilitam a introdução ao tema do patrimônio, mostrando passo a passo cada atividade, com o intuito de alcançar resultados promissores em relação aos bens culturais arqueológicos vilaboenses. Queremos demonstrar que todos fazem parte desse processo cultural, e que esses bens nos pertencem, assim como os espaços espalhados pela cidade de Goiás.

A proposta de aplicação desse produto inclui ações voltadas para o quadro de educadores do Quilombinho, mas pode ser utilizado por outros educadores interessados no conteúdo do manual. Nossa proposta é caracterizada pelo contexto da arqueologia, mas pode ser uma ferramenta multidisciplinar, permitindo que seja um guia sobre o patrimônio de Goiás com um enfoque na educação patrimonial, interagindo com outras disciplinas.

4.1 Manual de uso do Produto

O kit didático é um instrumento educacional que possibilita uma compreensão dialética e educativa em relação ao patrimônio cultural arqueológico da cidade de Goiás, com o objetivo principal de contribuir para ações relacionadas

ao patrimônio local. Este kit pode ser utilizado por educadores com formação institucionalizada e por aqueles que não têm essa formação, mas desejam adquirir conhecimento sobre o assunto.

A ferramenta necessária para o manuseio do produto é o domínio da leitura para compreender cada sugestão presente no manual e a disponibilidade de tempo para se aprofundar no assunto. O manual utiliza uma linguagem simples e contém algumas imagens e rotas que guiarão os leitores para visitar locais que fazem parte do patrimônio edificado de Goiás e rotas que os conduzirão a conhecer o patrimônio arqueológico.

Os manuais de estudos são ferramentas educacionais que podem auxiliar professores e estudantes, pois estão relacionados à gestão de métodos, afetando a organização como um todo. Eles informam como realizar o trabalho e ilustram como fazê-lo. Além disso, os manuais voltados à Educação para o Patrimônio são instrumentos interdisciplinares importantes para fornecer acesso à formação e informações sobre o patrimônio cultural, tornando a população mais crítica e consciente de sua memória e história, capaz de defender seus bens culturais.

Esse formato possui grande diversidade, atendendo ao objetivo de informar o público-alvo sobre o acervo arqueológico recuperado com essas obras. Ele permite trabalhar desde as fotografias até os números, proporcionando uma abordagem interdisciplinar que abrange desde conteúdos matemáticos até a história dos nossos antepassados, valorizando e tornando a preservação uma realidade possível.

Figura 17 - Capa do manual .

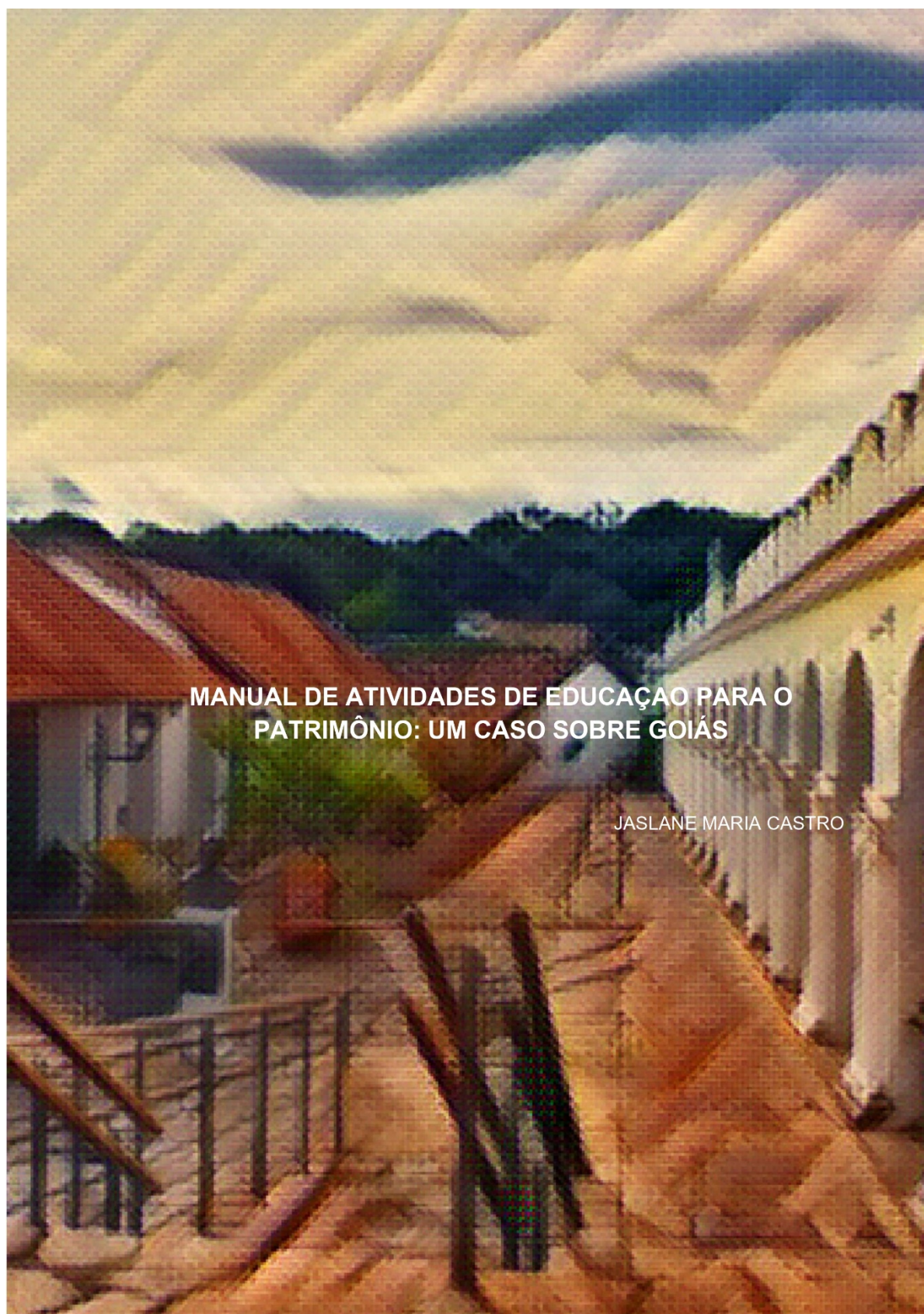


Figura 18 - Apresentação do Guia.

APRESENTAÇÃO

Este manual de atividades para professores é um recurso que visa introduzir os temas relacionados aos bens arqueológicos da cidade de Goiás. Ele promove a relação desses profissionais ao conceber uma educação patrimonial, de modo a favorecer o desenvolvimento cognitivo dos alunos, contribuindo diretamente para seus processos de ensino e aprendizagem.

O objetivo principal deste manual está sobre os bens arqueológicos da cidade de Goiás e sua importância no processo de aprendizagem, transmitindo esse conhecimento para a população.

Pretendemos, assim, estimular situações de aprendizado sobre os processos que envolvem a figura do educador e do educando, relacionando-os aos contextos do patrimônio arqueológico em um sentido amplo.

A finalidade deste material é proporcionar uma experiência que leve conhecimento sobre a cultura material de Goiás. Através do material exposto, busca-se criar um desafio que envolva um olhar investigativo, o questionamento e a sensação, permitindo que cada indivíduo perceba seus bens culturais sob a perspectiva arqueológica.

Figura 19 - Exemplo de vestígio encontrado nas escavações em Goiás.



4.2 Propostas de aplicação na comunidade participante

Para o público participante, a proposta é realizar uma roda de conversa com os educadores e distribuir algumas cópias do manual para a escola além de entregar a caixa didática. Além disso, pretendemos disponibilizar cópias na Universidade Estadual de Goiás (Campus Cora Coralina) e no Núcleo de Arqueologia da UEG. O material pode ser usado como um instrumento didático, uma vez que traz conhecimento comum sobre o patrimônio da cidade de Goiás. O manual é um recurso que vai além das salas de aula e, ao ser distribuído, compartilha a história do patrimônio arqueológico goiano, tornando o conhecimento acadêmico acessível a todos.

4.3 Retornos para a população vilaboense

O retorno para o grupo participante da pesquisa tem como foco a apresentação do produto desenvolvido no processo de pesquisa, que servirá como uma ferramenta de colaboração para educadores. Esse conhecimento auxiliará no aprendizado de temas culturais locais. A pesquisa buscou observar a importância da arqueologia em obras de restauração e requalificação, bem como a relevância da educação para o patrimônio e os benefícios relacionados ao patrimônio arqueológico em espaços restaurados, considerando que muitos deles estão situados em sítios arqueológicos.

A problemática que motivou esse retorno à população de Goiás surgiu da observação de como a Educação Patrimonial pode ser um dos caminhos para resolver os problemas relativos à educação patrimonial. No entanto, também é importante pensar em outras soluções, como políticas públicas e programas socioeducativos para o patrimônio. A apresentação deste manual junto aos educadores pode contribuir para enfrentar os desafios relacionados ao patrimônio arqueológico da cidade de Goiás.

Os prováveis resultados culminaram para uma valorização deste patrimônio. Para os grupos contemplados, um estímulo para os educadores e

alunos que são moradores desta cidade. A partir do manual buscamos um objetivo maior, na mudança nas atitudes das pessoas ao se tornar sensíveis e ter um olhar que busca a cada dia melhoras para seus grupos socioculturais.

Os prováveis resultados visam valorizar o patrimônio cultural. Para os grupos envolvidos, isso representa um estímulo para educadores e alunos que são moradores da cidade. Por meio do kit, buscamos um objetivo maior, que é a mudança nas atitudes das pessoas, tornando-as mais sensíveis e conscientes, buscando melhorias para seus grupos socioculturais.

Para a população, o kit oferece a possibilidade de disseminar os bens tangíveis que contam as narrativas do passado e o desenvolvimento da história local. Ele contribui para que a população de Goiás adquira um conhecimento crítico sobre sua história e aproprie-se conscientemente de seu patrimônio, fortalecendo o sentimento de identidade de cada cidadão.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo desta pesquisa, observamos que ao discorrermos sobre o patrimônio, surge uma conexão ou tendência de pertencimento ao grupo ou à sociedade, que frequentemente envolve conflitos. Portanto, o objetivo deste estudo é trazer conhecimento para a população de Goiás sobre a importância da arqueologia e da educação patrimonial. A arqueologia deve estar presente em obras de infraestrutura urbana que passam por restaurações, servindo como um conector entre o povo e o bem restaurado. Isso é particularmente importante, considerando que muitos lugares restaurados possuem um significado histórico profundo.

Diante da problemática que originou as observações da pesquisa, que ocorreu na restauração do 6.º Batalhão de Polícia Militar da cidade de Goiás, observamos que a Educação Patrimonial é um componente essencial nas obras de restauração de infraestrutura. Ela permite que a população adquira conhecimento sobre seus bens locais e conscientização sobre a importância desse patrimônio para a construção de suas memórias e identidades.

Ao longo desta pesquisa, compreendemos que nossos bens culturais, sejam eles arqueológicos ou não, precisam de cuidados e proteção. A Educação Patrimonial é crucial, pois é um processo de difusão do conhecimento que é importante para a população. Ele se baseia em experiências com objetos, manifestações e vivências culturais, contribuindo para que todos se apropriem de seus bens culturais. Isso é um direito de todos, ter o melhor aproveitamento desses bens culturais.

Este estudo contou com análises de relatórios de monitoramento e resgates arqueológicos de obras de restauração e requalificação. Com base nesses relatórios, conseguimos constatar que algumas ações educacionais pontuais foram realizadas com grupos de alunos do curso de Edificação do Instituto Federal de Goiás, e outras ações foram realizadas com trabalhadores da construção civil, que faziam parte do grupo de trabalhadores contratados para as obras.

Para concretizar este projeto, realizamos uma pesquisa em duas linhas de atuação: observação bibliográfica e pesquisa de campo. A observação

bibliográfica envolveu o levantamento de artigos científicos, relatórios de pesquisa, dissertações e teses sobre a temática para compreender as técnicas de escavações e restaurações que ocorreram na cidade. Analisamos as implicações das escavações arqueológicas e notamos que os documentos são cruciais para relatar ao órgão responsável pela preservação dos locais em processo de restauração e requalificação.

Além disso, observamos como as atividades de Educação Patrimonial foram realizadas, durante a pesquisa de campo visitamos o Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás (NARQ/UEG), que guarda o acervo arqueológico da cidade. Esse acervo é valioso e nos permite conhecer a história de Goiás e seu processo de ocupação.

Com base nesse material e conhecendo a estrutura e o acervo resultante das pesquisas na cidade, desenvolvemos um kit de apoio pedagógico para educadores. Esse kit contém um material fotográfico-descritivo com algumas das peças significativas do acervo do núcleo de arqueologia e uma caixa arqueológica composta por um abrigo, com o objetivo de divulgar o patrimônio arqueológico da cidade de Goiás.

Portanto, ao incluirmos a educação patrimonial nas obras de restauração, criamos um caminho para transformações, permitindo que os indivíduos desenvolvam seu senso crítico e compreendam a importância de trazer a arqueologia para obras de restauração. A sociedade e os arqueólogos podem atuar juntos para preservar o patrimônio com o máximo rigor.

Os arqueólogos desempenham um papel fundamental ao mostrar as múltiplas facetas do passado, baseando-se na interpretação e análise de documentos. A Educação Patrimonial é essencial para criar um diálogo entre a comunidade e o bem restaurado. Portanto, a preservação e a proteção de nosso patrimônio cultural são de extrema importância, pois todos têm o direito de conhecer e desfrutar desses bens culturais.

Em resumo, esta pesquisa destaca a importância da Educação Patrimonial e da arqueologia na preservação de nosso patrimônio cultural, especialmente em contextos de restauração de edifícios históricos. Ela visa

promover o conhecimento, a conscientização e o engajamento da comunidade em relação a seu patrimônio cultural, contribuindo para a identidade e memória locais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. C. G.; GARCIA, A. A. **Gestão de Pessoas: Estratégias Integração Organizacional**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Baima, Carlúcio de Brito. **A educação patrimonial nos projetos de arqueologia de contrato: reflexões e contribuições** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, RJ, 2016.

BEZERRA, Márcia. **Arqueólogos e comunidades locais no projeto de educação patrimonial**. In: NAJJAR, Rosana. Arqueologia no Pelourinho. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010, p. 167-184.

CAMPOS, Luana Cristina da Silva Campos. **Sítio Arqueológico**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analúcia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. Ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2018. (verbeta). ISBN 978-85-7334-299-4

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAGAS, Mario. Diabruras do Saci: **museu, memória, educação e patrimônio**. MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.135-146, 2004.

CHUVA, Márcia. Fundando **a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. Topoi, v. 4, n. 7, Jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória: Sociogênese de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. 2ª edição, Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. Editora José Olympio – São Paulo, 1965.

DIAS, Jeanne Almeida; SANTOS, Tainá Aragão dos; SILVA, Railson Cotias da. **A arqueologia e o licenciamento ambiental brasileiro**. In: CAMPOS, Juliano Bittencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (Org.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação

contextualizada – Arqueologia diversidade (volume III). Criciúma: UNESCO, 2018. Cap. 14.

DINIZ, de Pedro Augusto festival cerratense, **Entre Diálogos patrimoniais**, produzido por Altosplanos produções audiovisuais. Youtube acessado 01/08/2022.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: um processo de mediação**. In. Paraíba, Educação patrimonial: reflexões e práticas. /Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. Disponível: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPPraticas_ct1_m.pdf Acesso em 104 p.: il. color. 30 cm. – (Caderno temático; 2) ISBN 978-85-7334221-5

FREIRE, P. 1921-1997. **Política e educação: ensaios**/Paulo Freire. -5. Ed. Editora Afiliada - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva, 1877-1945**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. Ed. -- Brasília, DF: Iphan, 2012.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4147/goias-recebe-o-novo-cine-teatro-sao-joaquim> 2017. Acessado em 14/11/2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Arqueológico**. Brasília, DF: IPHAN, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1376>. Acesso 23 set. 2020.

MENESES, U, T.de. **A HISTÓRIA, CATIVA DA MEMÓRIA? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais**. SP. Revista do instituto de estudo brasileiro. N.34,9-24.1992.

NORA, P. “**Entre memória e história: a problemática dos lugares**”. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, jul./dez. 1993.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho de. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 1986.

PALACIN, Luís, MORAES Augusta Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)** 7ª ed. Goiânia: Ed. Da UCG, Ed. Viera 2008.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial** - Goiânia: kelps, 2018.

PELEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas**. *Patrimônio e Memória*, UNESP/FCLAs/CEDAP, v.3, n.1, p. 95-109, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SAINT-HILAIRE, Auguste de 1779-1853. **Viagem a província de Goiás**; tradução de Regina Regis Junqueira; Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed USP, 1975.

SILVA, C. E. F. & PARDI, M. L. A pesquisa arqueológica na Casa de Fundação do Ouro Goiás, GO. *Dédalo*, São Paulo, pub. Avulsa, 1. Pág.: 238-261, 1989.

SILVA, Poliana A da. **PAC cidades Históricas na cidade de Goiás: A requalificação do Cine Teatro São Joaquim**. Goiás, 2022.

SOUSA, A. C. D. **Entre monumentos e documentos: cidade de Goiás, Cora Coralina e o dossiê de tombamento**. 2009. 133 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

SOUZA, Vinícius Antonelli de. **Cidade de Goiás: o patrimônio em questão**. 2020. 252 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

STASKI, Edward. **Advances in Urban Archaeology**. IN: SCHIFFER, Michael B. (Ed.) **Advances in Archaeological Method and Theory**. New York/London: Academic Press, 1982. P. 97-149.

TAMASIO Izabela. **Em nome do patrimônio representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. Brasília, 2007.

TEDESCO, Gislane V de Lima. Relatório consolidado; **projeto de acompanhamento e resgate arqueológico das obras de implementação da rede de transporte e coleta de esgoto da cidade de Goiás**, Goiás, 2015.

Documentos

ASAS DE LIBERDADE. Projeto Político Pedagógico da Escola Asas de Liberdade, Goiás. 2021.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 9 mai. 2022

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. Diário da união, **portaria no-383-de-20-de agosto de-2013-iphan**. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>. Acessado em 02/012023.

Brasil. Ministério da Cultura. **Instituto do Programa Monumenta Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural** / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005

CONTROLADORIA Regional da união de Goiás. **Auditada: Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Goiás**. <http://www.portaldatransparencia.gov.br>

DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, F, F. **Projeto de Resgate e monitoramento arqueológico da requalificação - instalação do arquivo diocesano** 2016.

DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, F. F. C. **Caderno de Conservação da Escola de Artes Plásticas Veiga Valle. 2015**. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Informativo).

IBAMA. **CONAMA. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental [online]. Disponível em: <http://WWW.ibama.gov.br>. Acesso em: 23dez 2023.

IPHAN. **Carta_de_nova_olinda.pdf CARTA de Nova Olinda 2009.**
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de nova ol.](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_ol) Acessado em 14/112022.

IPHAN. **Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia** [online]. Disponível em. Acesso em: 23dez 2022

IPHAN. sei processo de tombamento
https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?il3OtHvPArITY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0laDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWWIqQ-bFOi5jrl-9Vxv5g-6-W3_1nNuO2HyE--S2mjcktKu. Ofício emitido em 26 de janeiro de 1948 referente ao processo de tombamento de monumentos e edifícios históricos da Cidade de Goiás incluído nos autos do Processo de Tombamento N°. 01450.006317/2004-56. Documento digitalizado N°. 1336910, Vol. I, p.24. Arquivo: IPHAN, Processo de Tombamento N°. 01450.006317/2004-56.

LIMA, T. A. O patrimônio arqueológico: oitenta anos de delegações. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília: IPHAN, n. 35, p. 285-319, 2017.

Pimenta, Brasineide Clemente Ferreira. **A lenda da carioca e o mito de origem da mulher vilaboense** [manuscrito] / Brasineide Clemente Ferreira Pimenta. – Goiás, 2019.

SOARES, I. V. P. **Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes.** Erechim: Habilis, 2007.

Sites

IPHAN Site <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4147/goias-recebe-o-novo-cine-teatro-sao-joaquim>

INSTITUTO BIAPO. Site do Instituto Biapo, 2018. Disponível em <<https://biapo.institutobiapo.com.br/> acessado em 14/11/2022.

Fontes iconográficas

CASTRO, Jaslane Maria.

CORREA, Daniel dos Santos.

IBGE, autor desconhecido.

IPHAN: Hegen, Guimarães; João Mariano; Tiago Ramires.

Listagem dos relatórios

Relatório final do Projeto de Salvamento e Monitoramento do **Mercado Municipal na Cidade de Goiás** 2014-21

Relatório final do Projeto de Salvamento e Monitoramento da **Escola de Artes Plásticas Veiga Valle**. 2015

Relatório final de resgate e monitoramento arqueológico da requalificação **da sede da diocese de Goiás-instalação do arquivo diocesano**. 2015

Relatório final de resgate e monitoramento arqueológico da restauração da **sede do casarão da prefeitura de Goiás**. 2018

Relatório final de resgate e monitoramento da restauração do **Cine teatro São Joaquim, Cidade de Goiás**. 2018

Projeto de Monitoramento Arqueológico na Restauração **da Fonte da Carioca**. 2016.

Projeto de acompanhamento e resgate arqueológico das obras de **implementação da rede de transporte e coleta de esgoto da cidade de Goiás**, Goiás, 2015.